

***Pontifícia Universidade Católica de São Paulo***

***Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia***

***ENTRE O TEMPO E O DIREITO:  
A HISTÓRIA DE OLGA LEON QUIROGA***

CRISTIANE CINAT

PUC / SP

São Paulo - 2009

***Pontifícia Universidade Católica de São Paulo***

***Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia***

***ENTRE O TEMPO E O DIREITO:  
A HISTÓRIA DE OLGA LEON QUIROGA***

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gerontologia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Valsecchi de Almeida

***CRISTIANE CINAT***

***PUC / SP***

***São Paulo - 2009***

## Agradecimentos

Como será visível neste trabalho, somos constantes “construções”; muito longe de ilhas, estamos sempre nos “socializando”. Para tanto, se faz necessário, ainda que correndo o risco de omissões e esquecimentos, mencionar alguns atores que tornaram possível a realização desta dissertação.

Oxalá fosse suficiente demonstrar, neste espaço, a real importância dos muitos que caminharam comigo. Mas creio que haverá outros lugares, encontros, oportunidades, para quem sabe, uma ode à cada vida, se aqui os objetivos forem alcançados.

Que fiquem registradas pelos menos estas considerações:

### Eliza (em memória)

Foi, é, e será minha eterna motivação para buscar entender algumas questões que transpassam por este trabalho e continuam a me justificar a certeza da eterna busca do homem por entender a vida.

### Neide e Nicolau

Escolas sobre a gratuidade incondicional do amor, cumpridores exemplares do que posso ter como pais.

### Vera Lúcia Valsecchi de Almeida

Professora de carreira e caráter, meu espelho profissional que sempre me acompanhará e terá o mérito de mais este trabalho ter completado.

Profª Beth

Coordenadora e admirável batalhadora na história do Programa de pós-graduados em Gerontologia da PUC / SP.

D. Olga

Personagem principal e exemplo de luta, determinação, humanidade e velhice, que prontamente colaborou e fez possível este trabalho.

Alexandre Costa

Meu companheiro de reflexões e lanches durante horas de leituras.

PUC SP

Referência como Centro de Estudos e Pesquisas sobre nossa complexa e longa jornada na construção da humanidade.

CAPES

Órgão sem dúvidas, democratizador de educação e pesquisa, neste nosso país que ainda caminha por caminhos duvidosos sobre a democracia no ensino.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

## **PACIÊNCIA**

*Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma*

*Até quando o corpo pede um pouco mais de alma*

*A vida não pára*

*Enquanto o tempo acelera e pede pressa*

*Eu me recuso, faço hora, vou na valsa*

*A vida é tão rara*

*Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma*

*E a loucura finge que isso tudo é normal*

*Eu finjo ter paciência*

*O mundo vai girando cada vez mais veloz*

*A gente espera do mundo e o mundo espera de nós*

*Um pouco mais de paciência*

*Será que é tempo que lhe falta para perceber?*

*Será que temos este tempo para perder?*

*E quem quer saber?*

*A vida é tão rara*

*Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma*

*Até quando o corpo pede um pouco mais de alma*

*Eu sei, a vida não pára.*

**LENINE**

## RESUMO

Através de uma história de vida singular, essa dissertação explora algumas das dimensões que, presentes em um sujeito singular, referem-se, na verdade, à vida de todos os homens. Envelhecimento, participação social, políticas públicas e movimentos sociais são os temas abordados, apesar de não esgotados. A peculiaridade da história de vida coletada reside no fato de a personagem articular tanto o seu “em si”, como o “outro” (coletivo). Como poderá ser visto, na personagem observam-se, claramente, motivações e disposições que transcendem o âmbito individual; que envolvem a coletividade. Para nossa personagem, só há vida se houver comprometimento político e social; se for movida por causas mais amplas, desafiadoras e voltadas a questões relacionadas aos direitos humanos fundamentais e à qualidade de vida. Agora idosa, continua na luta pelo “direito a ter direitos” (cf. Arendt); luta abraçada desde os mais tenros anos de vida. Sua vida é movida à constante elaboração de projetos, fato que confere, à personagem, grande vitalidade. Enfim, Olga exemplifica, em alto e bom som, que a velhice não significa aposentadoria da vida; pelo contrario. Isso porque sonhos, lutas, conquistas e busca por qualidade de vida não têm idade. O que Olga testemunha é exatamente isso.

**Palavras-Chave:** Velhice, Participação Social, Participação Política, Movimentos Sociais, História de Vida.

## **ABSTRACT**

Through a history of singular life, this dissertation explores some of the dimensions that, present in a singular citizen, in the truth, is refer the life of whole mens. Aging, social participation, public politics and social movements are the boarded subjects, although not run out. The peculiarity of the life's history of collected inhabits in the fact of the person in such a way to articulate its "in itself", as the "other" (collective). As it could be seen, in the person are observed, clearly, motivations and disposals that exceed the individual scope; that involve the collective. For our person, it only has life will have to be committed politician and social; if it will be moved by causes ample, challenging and directed the questions related to the basic human rights and the quality of life. Now aged, she continues in the fight for the "right to have a rights" (cf. Arendt); fight to take on since the youngest years of her life. Her life is moved to the constant elaboration of projects, fact that confers, to the person, great vitality. At last, Olga to set a good exemple, in "high and good sound", that the old age does not mean retirement of the life; however. This because dreams, fights, conquests and searches for the better quality of life does't have age. What Olga to be witness is exactly this.

**Keywords:** Aging, Social Participation, Politics Participation, Social Movements and Life's History.



## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>02</b>
<b>CAPÍTULO I. Cidadania e Movimentos Sociais</b>	<b>07</b>
1. O Homem Social	07
2. Direitos e Estado	18
3. Participação e Relações Sociais	22
4. Idade e Cidadania – breve reflexão	25
<b>CAPITULO II. Uno e Múltiplos nas Relações Sociais</b>	<b>29</b>
1. Políticas Públicas e Envelhecimento	29
2. Estatuto do Idoso	36
<b>CAPITULO III. Historia de Vida</b>	<b>43</b>
1. Considerações Metodológicas	43
2. Uma História: Olga	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>74</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

Seguindo tendência mundial, o rápido envelhecimento da população brasileira e a maior dependência do rendimento do idoso no sustento familiar confere grande atualidade à investigação, análise e debate sobre a situação social dos longevos entre nós.

Na sociedade moderna, pautada pela produtividade crescente, pela rapidez, fugacidade, busca de novas tecnologias produtivas e comunicacionais, além da valorização da juventude<sup>1</sup>, o binômio “sociedade X geração” acentua, clara e nitidamente, a vida e seus prazeres às fases iniciais do “*curso da vida*”. Entre nós, é comum a associação entre alegria e prazer de viver ao jovem; associação muito presente na família, na *mídia* e nas campanhas de *marketing*, acentuando-se no contexto de uma sociedade marcadamente hedonista e fundamentada na cultura da aleatoriedade e do descartável.

Sob os ditames de modelo de sociedade, tornado hegemônico a partir de meados do século XX, a velhice vê-se envolta em preconceitos de várias ordens. Ao respeito aos “mais velhos”, culturalmente preceituado, confronta-se corriqueira e recorrente falta de sensibilidade e de solidariedade. Na sociedade atual, soa depreciativo o destino inevitável de todos nós: sermos testemunhas do tempo.

Em uma época em que o “*tempo*” (cronológico) e a “*velocidade*” são impiedosos, o tempo e a velocidade dos idosos são apreendidos como coisa “*fora de lugar*”.

Sobre esse tempo, o poema que se segue, de Baudelaire, é exemplar:

### O RELÓGIO

*Relógio! Deus sinistro, hediondo, indiferente,  
Que nos aponta o dedo em riste e diz: “Recorda!  
A Dor vibrante que a lama em pânico te acorda*

---

<sup>1</sup> Valorização sobredeterminada em países que, a exemplo do Brasil, apresentavam elevadas taxas de natalidade e, conseqüentemente, com grande participação de crianças e jovens na população total.

*Como num alvo há de encravar-se brevemente;*

*Vaporoso, o Prazer fugirá no horizonte  
Como uma sílfide por trás dos bastidores;  
Cada instante devora os melhores sabores  
Que todo homem degusta antes que a morte o afronte.*

*Três mil seiscentas vezes por hora, o Segundo  
Te murmura: Recorda! - E logo, sem demora,  
Com voz de inseto, a Agora diz: Eu sou o Outrora,  
E te suguei a vida com meu bulbo imundo!*

*Remember! Souviens-toi! Esto memor!(Eu falo  
Qualquer idioma em minha goela de metal.)  
Cada minuto é como uma ganga, ó mortal,  
E há que extrair todo o ouro até purificá-lo!*

*Recorda: O Tempo é sempre um jogador atento  
Que ganha, sem furtar, cada jogada! É a lei.  
O dia vai, a noite vem; recordar-te-ei!  
Esgota-se a clepsidra; o abismo está sedento.*

*Virá a hora em que o Acaso, onde quer que te aguarde,  
Em que a Augusta Virtude, esposa ainda intocada,  
E até mesmo o Remorso(oh, a última pousada!)  
Te dirão: Vais morrer, velho medroso! É tarde!<sup>2</sup>*

Despreza-se, sob as mais variadas formas, o fato de que o idoso tem seu próprio ritmo, o que não quer dizer que seja menos competente. Ainda que as limitações existam, são plenamente superadas pela experiência. Ver o idoso como problema é ter uma visão míope do próprio futuro.

Não são discretos os esforços necessários para que as pessoas percebam que vivemos um momento sem precedentes na história do ponto de vista da dinâmica populacional; momento caracterizado pelo rápido envelhecimento de todas as populações do mundo e, em particular, as dos países em desenvolvimento. Enfim, nossa época e sociedade vivenciam o que os demógrafos denominam de “transição demográfica”; transição expressa pela diminuição da participação de crianças/jovens e pelo aumento

---

<sup>2</sup> Capturado do site [www.br.geocities.com/edterranova/baudelapoe85.htm](http://www.br.geocities.com/edterranova/baudelapoe85.htm). Acessado em 15/09/2009.

expressivo dos “cabelos brancos”<sup>3</sup> na composição das *coortes* populacionais.

Segundo a OMS, nos países pobres o envelhecimento populacional é um fato inédito. No entanto, também estes estão vivenciando o envelhecimento de suas populações, ainda que em ritmo menos acentuado que o dos países ricos e/ou em desenvolvimento.

O envelhecimento populacional tem se traduzido em um crescente interesse por temas abraçados pela gerontologia, ciência que, apesar de suas remotas origens<sup>4</sup>, ganha expressão cada vez maior, inserindo-se no rol das ciências acadêmica e socialmente valorizadas. E não poderia ser diferente!

Paradoxalmente, o aumento da expectativa de vida e da presença cada vez maior de idosos na população ganhou, só recentemente, o estatuto de “objeto” de atenção, de conhecimento e de pautas políticas e sociais.

Na condição de fenômeno multifacetado<sup>5</sup>, a velhice ainda se constitui como “objeto” particularmente aberto ao conhecimento; daí as inúmeras tentativas de compreendê-la e entendê-la no que realmente é.

E o que é velhice? O que é ser velho?

Em meio às muitas incertezas, as respostas às perguntas acima remetem a alguns autores que alçaram a velhice e o envelhecimento à condição de objeto de suas reflexões, atenções e preocupações. Assim, um nome que não pode ser desconsiderado, até por seu pioneirismo, é o de Simone de Beauvoir<sup>6</sup>. Em seu célebre “rompimento com o silêncio”, a autora afirma que *“o que define a condição do velho: o verdadeiro sentido de cada um deles só pode ser encontrado em seu relacionamento com os outros”* (1970: 05).

---

<sup>3</sup> Metáfora empregada para a população de 60/65 anos ou mais de idade.

<sup>4</sup> Ciência que, ao lado da Geriatria (medicina) busca estudar o processo de envelhecimento e não somente suas causas biológicas. Em 1939 é fundado nos EUA o primeiro Clube Internacional para Estudos sobre Envelhecimento (publicação de “Problems of Ageing” de Cowdry). Na Europa a primeira instituição foi fundada em 1958: Sociedade Francesa de Gerontologia.

<sup>5</sup> Multifacetado na medida em que não se esgota, como tradicionalmente se pensava, no âmbito das ciências da saúde, especialmente a medicina.

<sup>6</sup> Uma das peculiaridades de Simone de Beauvoir é ter se voltado, em seus escritos, às minorias sociológicas; assim, além da velhice (ver: *A Força da Idade* e *A Velhice*. Nova Fronteira), a questão feminina também mereceu um longo e detalhado estudo (ver: *O Segundo Sexo I - Fatos e Mitos* e *O Segundo Sexo II - A Experiência Vivida*; Nova Fronteira)

A autora continua:

*A condição dos velhos evidentemente não é a mesma em toda a parte, nem em todas as épocas: através dessa diversidade, entretanto, afirmam-se algumas constantes que me autorizam a estabelecer aproximações entre certos testemunhos, sem levar em conta as datas. (1970: 05)*

Beauvoir contribuiu, decisivamente, para o delineamento deste trabalho; foi em Beauvoir que encontramos os rumos iniciais do caminho percorrido. Neste caminho, encontramos um sujeito e uma história de vida: Olga Leon Quiroga! Nela e em sua trajetória temos, como poderá ser visto, a articulação entre biografia e História; entre indivíduo e sociedade, sujeito singular e coletivo. Em Olga, a fronteira entre a vida privada e a vida pública encontra-se esfumada. O “*uno*” e o “*múltiplo*” nela se encontram, expressando temas e situações vivenciadas por incontáveis sujeitos que vivem a velhice.

Nessa dissertação procuramos, ainda que de modo não conclusivo (afinal, a própria vida não o é!), entender a questão da participação política de sujeitos que não vêem na idade um impedimento à militância, à vida ativa e à participação política e social.

No desenvolvimento dessa dissertação – de seu “desenho” inicial à forma finalmente assumida - consideramos importante incursionar em algumas noções e conceitos diretamente ligados à relação entre velhice, atividade e participação político-social.

No **primeiro capítulo**, nos debruçamos sobre as questões da participação social e da cidadania; participação que nada mais é que a relação entre homens concretos construindo sua cotidianidade, ou seja, a própria História. Nela, a cidadania é apreendida como um conceito e prática que implicam uma postura ativa, a articulação entre direitos e deveres e, acima de tudo, a máxima do “direito a ter direitos”.

A cidadania não é uma *benesse* dos governantes e representantes legalmente constituídos; não se restringe ao direito elementar de votar e ser votado, de eleger governantes. Na acepção adotada, a cidadania significa

“participação”; conquista não só de espaços, mas de posições sociais. É exercício constante.

No **segundo capítulo**, nossas atenções se concentraram sobre como o envelhecimento tem sido oficialmente visto e “contemplado” através de políticas públicas e ações sociais; sobre o que tem motivado a ação dos idosos frente às posturas que lhes são impostas, suas motivações e avaliações das oportunidades de afirmação de vida.

Nesse capítulo, discutimos alguns aspectos do Estatuto do Idoso (EI), aprovado em outubro de 2003 e em vigor desde 01/01/2004<sup>7</sup>. O EI foi elaborado com significativa participação popular nas Conferências Estaduais e na Conferência Federal.

É no **Capítulo III (Historia de Vida)** que apresentamos a opção metodológica (qualitativa), o procedimento selecionado para coleta de dados (história de vida) e a história de Olga, personagem singular no processo de luta e participação popular no cenário político atual. Enfim: nele apresentamos a história de Olga! Incansável batalhadora em prol da melhoria de vida para o segmento de que faz parte e tanto defende.

Nos encontros realizados para a escuta e o registro de sua história de vida, foi possível compreender um pouco de sua luta; de uma vivência que extrapola, certamente, o que conseguimos captar nestes encontros.

Envelhecer é um exercício que todos participamos ou participaremos; agora, antes ou mais tarde. Alguns, como sequência do que chamamos “vida”, outros como negação dela; alguns com medo, outros com fé.

Diversamente de sermos obrigados a viver uma velhice que não somos capazes de realizar (Beauvoir), Olga optou pelo contrário.

---

<sup>7</sup> O Estatuto do Idoso regulamentou a Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI).

# CAPÍTULO I

## CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

### 1. O Homem Social

*Quanto menos comas e bebas, quanto menos livros compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taverna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes, etc., tanto mais **poupas**, tanto **maior** se torna teu tesouro que nem traça nem poeira devoram, teu **capital**. Quanto menos és, quanto menos exteriorizas tua vida, tanto mais **tens**, tanto maior é tua vida **alienada** [...]. (Marx, 1978:18. **Grifos nossos**)*

Analisemos o homem; o homem enquanto ser social. Se o homem se afirma como ser racional, ele também é um ser social. Assim, entender o mundo é entender o homem; saber do mundo é saber de si (Marx; 1978, 1998, 2007).

Desde as primícias da emergência do homem, a organização em grupos foi fato. A produção dos primeiros meios de vida do homem constitui os primeiros atos históricos, atos de nascimento da humanidade. A história nada mais é que o desenvolvimento da evolução dos indivíduos em relação à natureza e a outros indivíduos. Seu comportamento ocorre porque ele, exteriorizando sua força, o faz enquanto ser genérico, ação possível frente a toda humanidade.

A constituição física do homem tem importância decisiva na luta por sua existência. Suas mãos, por exemplo, são instrumentos que ele utiliza para a construção de instrumentos e, assim, produzir o que necessita para sobreviver. Quanto mais ele aperfeiçoa esses instrumentos, maior seu poder frente à natureza. Trata-se da evolução técnica e da evolução produtiva.

As relações de produção influenciam todas as outras relações entre os homens; assim, os homens fazem sua história não necessariamente realizando algo traçado de antemão, nem porque devem se submeter à lei de uma evolução abstrata, mas porque procuram atender suas necessidades.

As relações do homem com a natureza são mediatizadas por sua existência e por sua atividade consciente, isto é, se apresentam como atividades do processo histórico genérico humano.

O homem luta por sua sobrevivência – atividade humana produtiva – como meio de satisfação de suas necessidades; necessidades tanto de ordem material / física, como simbólica e espiritual<sup>8</sup>.

O trabalho é atividade vital para o homem; o homem trabalha por querer, por consciência; o trabalho é atividade de projeção e reflexão. O que se chama de “*história mundial*” nada mais é do que é a autocriação do homem através do trabalho e a potencialização das capacidades humanas através deste.

A vida cotidiana é a vida de todo homem, independente de sua situação social, econômica ou da posição que ocupada na divisão social do trabalho (DST)<sup>9</sup>. Ninguém pode se desligar da cotidianidade como se fosse algo abstrato. É na vida cotidiana que o homem vive de maneira inteira; nela ele participa com todos os seus aspectos de vida (capacidade intelectual, habilidades manipulativas, sentimentos, idéias, ideologias etc).

Ao nascer, espera-se do homem que, tão logo cresça, consiga manipular e dominar a vida. Nesse processo, o indivíduo se torna adulto. Esse amadurecimento depende da mediação entre o indivíduo e os “outros”, os costumes, as normas e as relações de trocas sociais estabelecidas na família, na escola, no trabalho e nos diversos arranjos comunitários de que participa.

---

<sup>8</sup> Espiritual não em um sentido religioso, canônico, mas no que se refere às necessidades que não se mostram de ordem física, material e que dizem respeito ao indivíduo; necessidades relativas ao ser humano genérico, na concepção marxista.

<sup>9</sup> A Divisão Social do Trabalho (DST) diz respeito aos três setores produtivos: primário, secundário e terciário.



Podemos aqui refletir sobre a letra que o respeitável compositor brasileiro Gonzaguinha<sup>10</sup> escreveu sobre o que discutimos; chamamos atenção ainda para o caráter acerca da “idade” que aparece em metáforas em sua letra:

### **Um Homem Também Chora (Guerreiro Menino)**

*Um homem também chora, menina morena*

*Também deseja colo, palavras amenas*

*Precisa de carinho, precisa de ternura*

*Precisa de um abraço da própria candura*

*Guerreiros são pessoas, tão fortes, tão frágeis*

*Guerreiros são meninos no fundo do peito*

*Precisam de um descanso, precisam de um remanso*

*Precisam de um sono que os tornem refeitos*

*É triste ver meu homem, guerreiro menino*

*Com a barra do seu tempo por sobre seus ombros*

*Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra*

*A dor que tem no peito, pois ama e ama*

*Um homem se humilha, se castram seus sonhos*

*Seu sonho é sua vida e vida é trabalho*

*E sem o seu trabalho o homem não tem honra*

*E sem a sua honra se morre, se mata*

*Não dá pra ser feliz... não dá pra ser feliz...<sup>11</sup>*

---

<sup>10</sup> Filho adotivo do Rei do Baião Luiz Gonzaga, Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior nasceu em 1945; começou sua carreira aos 14 anos como cantor, compositor e instrumentista; sofreu seu falecimento prematuro em um acidente automobilístico em 1991.

<sup>11</sup> Copiado do encarte da série Perfil, Globo/EMI.

Agnes Heller<sup>12</sup> trabalhou a ontologia do ser social a partir do materialismo dialético. Para melhor compreender o ser social, a autora debruçou-se sobre a questão do *valor* na sociedade. A vida individual e a vida coletiva do homem não são coisas distintas, pois partindo do “eu” o homem se projeta para sua família, comunidade, sociedade, gênero humano.

Segundo Heller:

*As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidade do Eu. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”. (1985:20)<sup>13</sup>*

Na realidade concreta, o trabalho assume diferentes formas e aspectos; pode ser feito tanto de forma livre, universal, consciente, como de forma alienada, ou seja, mecânica, escravizada a um salário, setorizada.

Essa força produtiva refere-se, antes e acima de qualquer coisa, à capacidade humana de produzir a vida.

Podemos dizer que existe uma particularidade na universalidade genericamente humana e nas atividades cotidianas: a moral. A moral é um sistema de relações e costumes que permitem ao homem converter, em maior ou menor grau, as necessidades interiores à elevação acima das necessidades imediatas, de modo que a particularidade se identifique com as exigências, aspirações e ações sociais.

---

<sup>12</sup>Luckacs, Heller, Marcuse, dentre outros nomes da escola de Bundapeste e de Frankfurt, foram autores que se preocuparam com a ontologia nas obras de Marx, principalmente das que ficaram conhecidas como as produções do Jovem Marx.

<sup>13</sup> Heller coloca que o homem nasce já inserido na cotidianidade. O amadurecimento do homem em qualquer sociedade significa que ele adquire habilidades para viver com outros homens. É adulto quem vive, por si mesmo, a cotidianidade.

Cabe considerar que a arte cumpre papel importante na autoconsciência e na memória que é a história humana. Essa é uma das particularidades que leva o indivíduo a enxergar o ser genérico.

O homem é o produto de suas relações sociais; ele é o que produz e como produz em relação aos outros homens. Essa produção se dá através do trabalho. Como atividade social, o trabalho cria o meio no qual os homens vivem.

Podemos verificar que quando Aristóteles forjou o conceito de ser genérico, considerou que o homem é genérico, pois vive em agrupamentos, com indivíduos da mesma espécie. Marx, além de reconhecer a ontologia da espécie, considerou que ele se constitui gênero, o que implica em “*reflexão*” e “*ação*” com ele próprio e com os outros, reconhecer-se homem frente a outros homens como ele o é.

É por isso que Marx considera as relações sociais como algo concreto; a sociedade não é abstrata, ilusória frente ao indivíduo; ela é manifestação de **vida**, de relações entre homens.

A relação que o indivíduo estabelece consigo próprio é mediatizada por outros indivíduos; é neste entrelaçamento relacional que a subjetividade se configura. Estar estranho à generalidade significa, portanto, estar separado não de uma totalidade abstrata, mas do processo de formação do ser humano e de cada indivíduo, da relação com o outro.

Berger e Luckmann consideraram que a sociologia teria sua raiz na produção teórica de Marx, mas reconhecem que o marxismo foi muitas vezes interpretado erroneamente. Entendem que:

*[...]o que interessava a Marx é que o pensamento humano funda-se na atividade humana (“trabalho” no sentido mais amplo da palavra) e nas relações sociais produzidas por esta atividade. (1985:18)*

Afirmam que apesar das várias realidades existentes, haveria uma realidade por excelência, que seria a realidade da vida cotidiana, o mundo no qual participamos com os outros homens. É nessa participação, na interação com o outro, que acabamos nos tornando seres concretos, históricos, reais.

Para entender o processo da construção do “eu” a partir das relações sociais Ciampa trabalha com a construção da identidade e o modo como essa se dá. Como afirma, “*onde houver gente, haverá a questão da identidade*” (2005:18).

Para o autor, a identidade é algo que construímos; que nunca está pronta, acabada. Ela sofre influência e determinações das relações sociais. Nesta acepção, a identidade é concreta, real e em **constante processo de construção**.

O autor explica que é através das relações sociais que se torna possível se ver o “eu” no outro. Isso acontece reciprocamente, ou seja, é através do outro que o homem percebe sua humanidade. Por outro lado, é através do trabalho que essas relações adquirem sentido; dependendo das relações estabelecidas, a identidade é firmada e o homem passa a ocupar determinada posição na sociedade (Ciampa, 2005).

Não podemos esquecer que as relações sociais não são sempre harmônicas; como processo, têm suas afirmações e negações, sofrem contradições. Esta característica se explicita melhor quando se trata de relações de trabalho. No entanto, só se pode ser alguém através da relação com o outro. Identidades são ações: “*o indivíduo não é mais algo: ele é o que ele faz*”. (CIAMPA; 2005:135).

A materialidade das relações sociais, sua característica de ser concreta, faz com que as identidades não sejam somente uma ficção ou abstração imaginária. É isto que torna possível o ser humano se afirmar como tal. Portanto é importante entendermos que o sujeito não é uma coisa isolada; ele próprio é **relação**.

Para Ciampa,

*A abordagem dialética da categoria permite levantar relações de aspectos individuais como aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos etc. Há o esforço de mostrar o indivíduo como um conjunto das relações sociais dentro da história. (2005:243)*

Considerando o homem como ser social, podemos sublinhar uma característica particularmente relevante: a memória.

É comum apelar a nós mesmos quando se trata de relembrar algo que já ocorreu. Podemos dizer que quando relembramos um fato acontecido no passado procuramos peças como que em um quebra-cabeça para reconstruirmos esse acontecimento.

Encontramos no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa que um dos sinônimos da palavra **memória** é a capacidade de reter as idéias, percepções e acontecimentos adquiridos anteriormente; a matéria-prima da memória feita de lembranças e recordações.

Para Halbwachs, toda memória é coletiva, pois nunca estamos sós; mesmo em circunstâncias onde não vemos ninguém, existiria uma outra “pessoa” para presenciar o fato ocorrido. Escreve o autor:

*Certamente, se nossas impressões pode apoiar-se não somente sobre nossas lembranças, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior [..]. (1990:25)*

Segundo Halbwachs, carregamos impressões da vida coletiva que temos até nos momentos em que estamos sós. Dentre diferentes situações podemos ter maior ou menor dificuldade para evocarmos uma recordação, caso esta não estivesse em nosso foco de atenção quando vivida, ou mesmo podemos sentir tal dificuldade caso o grupo com quem vivenciamos ou uma circunstância não tenha valor suficiente para nos considerarmos

parte dele. Assim, “*esquecer um período da sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam*” (Halbwachs; 1990:32).

Portanto, há uma memória pessoal, individual, que experimenta o mundo, as situações vivenciadas, mas que está estreitamente presa ao grupo no qual se encontra – essa memória necessita de um grupo para se reconstruir. O fato de termos uma recordação que nenhuma outra pessoa do grupo tenha não significa que essa reminiscência se baste por si só, que não dependa do grupo.

Nossas memórias estão também ligadas a nossos sentimentos, pensamentos e idiosincrasias pessoais. Às vezes, basta buscar em nossas recordações um sentimento - por exemplo, uma tristeza - para logo nos recordarmos de um lugar ou de um fato triste que nos tenha acontecido.

É por isso que dificilmente recordamos de nossa primeira infância. Nossas impressões de mundo e das pessoas não estavam apoiadas sobre nenhum esteio social; ainda não havíamos nos constituídos como seres sociais plenos.

Halbwachs insiste para o fato de que nossas memórias estão apoiadas em um grupo social:

*[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre as outras, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. [...], todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (1990:51)*

Assim, ainda que a memória coletiva envolva memórias particulares, elas não se confundem. Poderíamos considerar o exemplo de uma pessoa que resgata sua história de vida em determinado momento. Para se lembrar

de seu passado ela tem que se reportar a pontos de referência que existem fora de si, mas que estão socialmente presentes.

Seria pertinente indagarmos sobre a relação entre memória e idade?

Por terem vivido mais tempo, somos levados a acreditar que os velhos são detentores de grande material na memória. No entanto, esta conclusão “*apressada*” seria simplista demais.

Em 1970, Beauvoir justificou seu tratado acerca da velhice como um livro diferente frente ao silêncio que cercava o assunto. Explica que o velho sempre foi situado entre dois opostos: a pessoa sábia ou caduca! Lembra, no entanto, que independente de como se considera a pessoa idosa, ela é um ser humano.

A velhice não é um fato estático, como tantos a veem; ela é a continuidade de um processo que se iniciou no nascimento. Beauvoir defende que mais que um fato biológico, a velhice é um fato social.

Durante toda a história nunca foi consenso a idade em que se inicia a velhice. Beauvoir conta que na Grécia antiga Hipócrates explicava a vida segundo quatro momentos que seriam comparados às estações do ano; a partir de cinquenta anos, o homem estaria começando a vivenciar o que seria o “*inverno*” de sua vida.

Já na Idade Média, todos os aspectos referentes à velhice eram tratados como questão de saúde. A partir de metade do século XIX, aparecem os primeiros asilos na Europa; há relatos de que chegou a existir casas com oito mil leitos para pessoas consideradas “doentes”, mas muitos eram, na verdade, idosos que não serviam mais para o trabalho.

Como a velhice sempre esteve ligada à saúde, a divisão entre geriatria e gerontologia é recente.

De acordo com Beauvoir:

*É preciso lembrar, aliás, que eram muito raras as pessoas de idade avançada, tanto entre homens quanto entre as*

*mulheres. Na plebe não se encontrava praticamente nenhuma. Dada as condições de vida dos camponeses, trinta anos, para eles, já representava muita idade. (1970:153)*

Afirmamos que o homem é produto das relações sociais. Assim, a velhice representaria, por definição, a ruptura de vínculos e de trocas sociais. Contudo, como poderíamos explicar os muitos idosos que, afastados do mercado de trabalho, continuam social e politicamente ativos?

Até o momento trabalhamos com a noção de que o homem é um ser social que constrói sua vida e a história da humanidade através das relações sociais e do trabalho. A partir do momento em que ele é excluído das relações sociais, afastado do trabalho, ele não pode mais se enxergar como parte da humanidade, tendo assim sua vida negada.

Em certas comunidades, o ancião assume o papel de chefe, consequência de sua bagagem e de seu conhecimento frente a situações que são desconhecidas pelos mais jovens.

Contudo, os valores citados acima não possuem muito significado na sociedade atual.

Sennett explica que estamos vivendo em uma época na qual o capitalismo poderia ser batizado de *capitalismo flexível*. As relações entre os homens levam em consideração, **agora**, o modo melhor de ganhar mais dinheiro, custe o que custar. As pessoas têm valor em determinados tipos de trabalho, se o faz com agilidade e com a maior margem de lucro. Valores como fidelidade, respeito, justiça ao ponto em que o que é mais importante é o quanto se ganha, tornam-se relativos.

Relatando um caso que observou, Sennett viu seu sujeito angustiado, pois temia o modo como teria que sobreviver na economia moderna estando afastado do mercado de trabalho, deixando sua vida emocional, interior, à deriva.

No *capitalismo flexível*, as relações tendem a ser voláteis e superficiais, pois o **lucro** é medido pelo **tempo**. As relações baseiam-se no



*aqui e agora.* Para Sennett, talvez o maior dilema deste capitalismo seja o de reconhecer somente “*aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável*” (1995:27).

De forma mais direta o autor escreve:

*O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. (...). Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento. (1995:33)*

Ressaltamos, entretanto, que Sennett escreveu sobre o mundo do trabalho para pessoas que enfrentam essas relações. No caso da pessoa idosa, esta realidade pode complicar-se ainda mais, uma vez que nada significa uma pessoa fora do mercado de trabalho, freqüentemente pela idade.

São muitos os que estão sem trabalho: pessoas jovens, maduras e velhas que não encontram meios para se afirmarem enquanto sujeitos sociais, na medida em que se encontram alijados do que é socialmente valorizado apenas pelo fato de produzir **dinheiro**: o trabalho.

Antigamente, o homem construía sua carreira através de uma profissão; estabelecia planos de longo prazo e assim afirmava sua vida. Hoje, isso tem perdido sentido, uma vez que não se constroem mais histórias de vida ligadas à carreira. Assim, também o homem sente que não tem mais o controle do tempo; tempo, às vezes, da própria vida!

Mas há os que encontram autoafirmação em outras práticas sociais, como centros de convivência, ou mantendo, às vezes com muito custo, relações que conseguiram conservar com parentes ou amigos.

Nem sempre a velhice significa autodeterminação ou possibilidade de escolhas. O tempo também significa desgaste que pode ser tanto físico, como mental. Nem sempre é possível conquistar uma velhice de recordações e tranqüilidade.

## 2. Direitos e Estado

*Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o.<sup>14</sup>*

Muito longe de ser esgotada em discursos e posicionamentos, a cidadania – como noção e exercício - está presente em importantes pautas das ciências sociais. Não podemos negar que a cidadania exige, quando buscamos compreendê-la, algumas reflexões.

Quando pensamos na dinâmica e nos conflitos sociais, a circunscrição da cidadania ao direito de voto mostra-se insuficiente. Enquanto conceito e, principalmente, prática, a cidadania excede – em muito o direito de votar e ser votado; em termos mais amplos pode-se afirmar que ela permeia as relações entre os homens. Assim, os direitos não dizem respeito apenas às garantias legais e às instituições (Telles). Os direitos vão além, podendo definir o modo como as relações sociais se estruturam. Como lembra Telles:

*[...] os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um. (1993:92)*

Assim concebidos, é nas relações com os outros que o homem articula os direitos à igualdade e às diferenças próprias da dialética cotidiana.

---

<sup>14</sup> Trecho extraído do **Manifesto Antopofágico**, de Oswald de Andrade.

É a cidadania plena (não adstrita, insistimos, aos direitos políticos) que regula a inserção ou não na realidade que abriga, antes e acima de tudo, conflitos e diferenças. Daí o fato de a cidadania, na acepção ampliada<sup>15</sup>, caminhar ao lado dos movimentos sociais.

Para a discussão das lutas e movimentos sociais, há um longo caminho a ser percorrido. Não podemos pensar que a cidadania seja somente uma concessão do Estado para a Sociedade (um movimento que outorga de “*cima para baixo*”). A cidadania deve ser vista como uma relação dinâmica, construtiva e conquistada, muitas vezes, através de enfrentamentos, conflitos e lutas travadas entre diferentes atores sociais.

Na atual conjuntura, o desrespeito, o preconceito e o favorecimento parecem estar presentes entre os sinônimos que buscamos conhecer, refletindo de forma direta nos movimentos e lutas sociais e dificultando “*a consciência do direito a ter direitos*” (Lefort; apud. Telles; ano 1993).

Na prática política, é recorrente considerar a questão dos direitos a partir de uma visão paternalista; nesta acepção, o Estado aparece como o “*senhor*” que distribui “*direitos*”, como se estes fossem presentes ou favores à população. Telles assinala o modo como a cidadania se define como problema (teórico, histórico e político), pois radicado em bases incertas, há a possibilidade de moldá-la na:

*[...] intersecção entre história, cultura e política, [...] convergem o pesado legado de uma tradição autoritária e excludente e os dilemas postos pelas transformações em curso na história e no mundo contemporâneo. (1993:93)*

No cenário brasileiro observamos transformações e mudanças; modernização ocorrendo a largos passos e em um tempo muito rápido; entretanto, o país não está sendo capaz de garantir patamares mínimos de igualdade civil e social para os seus. As relações entre o Estado e Sociedade Civil estão longe de atingir o que poderíamos definir como

---

<sup>15</sup>O âmbito da “cidadania ampliada” extrapola a dimensão política da democracia; diz respeito, portanto, à democracia social, em todos os aspectos envolvidos na expressão “social” (cultura, educação, lazer, habitação etc). Ver DAGNINO, E. (1994)

minimamente satisfatório. Há um grande abismo entre a pobreza, a miséria e as políticas públicas. Recorrendo mais uma vez a Telles, temos que:

*[...] as relações entre Estado, economia e sociedade [...] em que exclusões velhas e novas se processam numa lógica em que escapa às soluções conhecidas, o que parece estar em jogo é a possibilidade de uma nova contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais. (1993:98)*

Como as relações sociais são dinâmicas, renovando-se constantemente, há atores, organizações civis, movimentos organizados que, através da participação em fóruns e encontros, se mostram cada vez mais presentes, levantando questões diversas acerca da saúde, habitação, meio ambiente, direitos humanos etc., colocando-as na pauta da gestão da coisa pública e criando espaços democráticos.

É somente desse modo que podemos nos debruçar sobre os caminhos pelos quais a cidadania vai sendo construída, através dos direitos. É a ação da sociedade que impõe a necessidade de negociação ou de atenção do Estado em relação a eles. Assim, os direitos, tomados como garantias, possibilitam patamares renovados de novas negociações da política social.

Do ponto de vista das políticas sociais, há que se considerar a expressiva parcela da população que necessita de uma atenção especial, de uma “política” voltada ao cuidado dos que ainda não tiveram garantido, por meio de direito<sup>16</sup>, a oportunidade de compartilhar condições mínimas para se estabelecerem como homens e como reprodutores de sua própria existência.

Buscando entender melhor o que isso significa, podemos dizer que o poder oficial, constituído para organizar a sociedade, não tem sido capaz de garantir, a toda a sociedade, condições mínimas de vida digna: faltam moradias, o ensino público deixa a desejar, a alimentação está longe de ser adequada (tanto em quantidade, como em qualidade), o sistema de saúde

---

<sup>16</sup> Tanto na legislação maior - Constituição Federativa do Brasil – como em outras tantas leis específicas que tratam do assunto.

está “doente”, o saneamento básico está longe de ser generalizado, a segurança pública gera insegurança, o transporte público é precário, os espaços de lazer são poucos, faltam oportunidades de trabalho.

Não fica difícil constatar o grande número de pessoas e grupos que vivem muito distantes desses “mínimos”. São desempregados, moradores de ruas, crianças exploradas (tanto em termos laborais, como sexualmente) e mortes causadas por falta de leitos e remédios em hospitais públicos; tráfico de drogas como opção de trabalho, segurança garantida por milícias que cobram por executarem justiça sem amparo legal. Corrupção de representantes políticos, favorecimento de grandes empresas, paraísos fiscais fora do país, gigantescas quantias em dinheiro sendo desviadas, muitas vezes, de obras públicas; escolas sem professores, sem infraestrutura, sem materiais didáticos, evasão escolar, corrupção e mau preparo das forças de segurança pública, ausência de saneamento básico, alimentação e água não acessíveis a todos... Enfim, um “Brasil” extremamente rico, com uma população pobre que é utilizada para enriquecê-lo cada vez mais.

São diversos os segmentos que enfrentam dificuldades para se manterem vivos; minorias que, na tentativa de se organizarem, se deparam com o preconceito, a opressão e limites legais para sua aceitação e afirmação.

Tudo isso traça um pano de fundo quando discutimos os aspectos culturais do novo conceito de cidadania.

Como será possível nos conscientizarmos de que levantar cedo, ir para o trabalho, para a escola, ler livros, frequentar cinema, teatro, alimentar-se bem, ter moradia, não ser morto por “balas perdidas” nem refém de seqüestros, conviver com pessoas que compartilham o mesmo bairro, a mesma comunidade e se sentir pertencente a ela, nada mais é do que “direito” (não dádiva).

Mas cabe lembrar que, neste mesmo palco, existem grupos se organizando. Grupos de convivência, trabalhadores voluntários, partícipes do terceiro setor (ONGs) que encontram espaço e apresentam alternativas

que levam, principalmente, à descoberta de que os direitos são garantia de todos, sem distinção de raça, cor, credo, classe social, idade e/ou sexo. Ou seja: o direito à diferença.

Quanto aos idosos, segmento que é objeto desse trabalho, os direitos fundamentais prescritos na Constituição Federal, aliados à defesa do conjunto dos aspectos da vida que incidem no processo de envelhecimento, encontram-se alicerçados em um conceito de bem-estar na velhice assentado no *espírito da seguridade*. Sua inovação reside em incentivar e possibilitar políticas contínuas de atendimentos relacionados às muitas e diferentes velhices. Com isto, a velhice e o envelhecimento foram paulatinamente incluídos nos debates contemporâneos. É no cenário nacional e global que localizamos alguns dos principais elementos para compreender o processo de envelhecimento em sociedades que estão atingindo níveis suficientes de qualidade de vida.

A Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) ampara-se no art. 230 da Carta Suprema que atribui “à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas defendendo sua dignidade e bem-estar”. Fundamenta-se na Lei n. 8.842/94 (Política Nacional do Idoso) que assegura que “o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral” (art. 3º, II). A Política Nacional do Idoso, como política de seguridade social fundada nos artigos 203 e 230 da Carta Maior, responsabiliza a família, a sociedade e o Estado como entes provedores e responsáveis pelos direitos dos idosos.

### 3. Participação e Relações Sociais

*Se amas sem despertar amor, isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante sua exteriorização de vida como homem amante não te convertes em homem amado, teu amor é impotente [...]. (Marx, 1978:32)*

Não é possível discutir participação popular sem levar em conta a cidadania; para melhor localizar esta discussão lembramos que a palavra

cidadania começou a ganhar um novo valor no Brasil a partir da década de 80, do século recém terminado.

Segundo Dagnino:

*[...] ela deriva, e portanto está intrinsecamente ligada, à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença – constitui base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. (1993:104)*

Tendo esse princípio como norte, a cidadania é construção de caminhos políticos e culturais por agentes que, conscientes ou não, estimulam a participação popular no cenário democrático.

Cabe destacar, aqui, a expressão “*nexo constitutivo*”, trabalhada por Dagnino (1993). Tal expressão pode ser entendida como um “*entrelaçar*” da política e da cultura; entrelaçamento que possibilita o aparecimento de novos sujeitos sociais que, com os direitos introjetados, apresentam uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. Dagnino indica que “*nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática*” (1993:104).

Na verdade, com a introjeção do que seriam os direitos ora postos, os sujeitos assumem uma postura de possibilidades e garantias frente ao Estado, por meio da ação política. Os direitos são vivenciados como experiências positivas e não mais como leis abstratamente celebradas. Tal vivência transforma culturalmente os sujeitos, alterando as relações do Estado com a Sociedade Civil. Todavia, lembra Dagnino que na sociedade brasileira a miséria, a desigualdade econômica, o preconceito e a violência estão histórica e culturalmente enraizados. A isto se soma ao autoritarismo social, baseado

*em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificação que estabelece diferentes categorias de pessoas. [...] Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito que pervade a casa e a rua, a sociedade e o Estado. (DAGNINO; 1993:104)*

Não podemos perder de vista que toda essa dinâmica e conceitos que estão firmadas em relações sociais concretas e com atores reais. Afirmar que a cidadania é construída, conquistada através, muitas vezes, de embates e lutas, é aceitar um conceito de cidadania que vai além da perversa lógica de um favor do Estado.

No entanto, a nova acepção de cidadania implica em verificar outros termos que expressam novas concepções de Estado, de relações sociais, de políticas públicas e de formas de reprodução da vida.

Chamar atenção para um problema, investigá-lo e conhecê-lo, pode ser o primeiro passo para a aceitação do fenômeno como problema e a tomada de consciência para possíveis soluções.

Se as considerarmos como determinantes nas novas relações sociais, tais questões se mostram pontuais. Está posta, portanto, a responsabilidade dos que desejam entender essas proposituras; é preciso investigá-las e entendê-las para, então, ser possível buscar alternativas eficientes e de qualidade. Alternativas que venham ao encontro dos serviços e políticas como direito e de acesso universal a quem delas precisar.

Em meados da década de 1980, parcela discreta da população mobilizada, participava das primeiras lutas pelos direitos do idoso. Esta parcela esteve presente na manifestação dos aposentados em frente ao Congresso Nacional, quando era formulada a Constituição Federal de 1988. Mobilizados e participativos, os idosos lutavam pela inclusão de artigos<sup>17</sup> que garantissem alguns direitos direcionados ao segmento.

Conseguiram. Era a primeira vez que os idosos estavam citados numa Constituição brasileira.

---

<sup>17</sup> Entende-se aqui como cada uma das divisões dos parágrafos de uma Lei, Decreto, Estatuto etc. Fonte: Médio Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, Ed. Nova Fronteira.



Depois veio a *Política Nacional do Idoso*, em 1994, elaborada a partir de documentos que idosos ajudaram a construir. Em 2003 o *Estatuto do Idoso* tentou ampliar os direitos do grupo e forçar sua materialização. Apesar de tantas iniciativas, a principal reivindicação da *II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*, ocorrida em Brasília, de 18 a 20 de março de 2007, ainda era fazer valer o que já está previsto nas leis, fato que não se concretizará sem contínuas lutas, lutas relacionadas ao direito de ter seus direitos atendidos.

#### 4. Idade e Cidadania – breve reflexão

*À velhice, como categoria social, destina-se um tempo e um espaço próprios: seu tempo é o passado (“no meu tempo...!”), seu lugar, os espaços da intimidade e da privacidade, refúgio dos aposentados. Há, na modernidade, uma incompatibilidade entre velhice, presente e futuro, entre velhice e espaço público, exceto quando esse último for a praça ou o jardim, sinônimos de ociosidade e de “ver” o tempo passar. (Almeida, 2005:45)*

Entre o tempo e o direito... O que pensamos com essas duas palavras? Primeiro é importante dizer que elas, aqui neste trabalho, não estão soltas em um contexto abstrato.

Temos o tempo *Kronos* (*cronológico e ritmado*); é ele que nos desperta toda manhã, marca nossa saída, hora de almoçar, hora de dormir, enfim, nosso cronometrado tempo do relógio. Por outro lado, temos o tempo *Kairós*; tempo que passa quando, despreparados, nos pegamos contemplando um entardecer vermelho de inverno ou, na companhia de alguém muito querido, não “medimos” horas de conversa.

O tempo de que falamos é real, vivido, compartilhado ou não, mas que faz nosso cotidiano.

E quanto ao direito? Seria a legitimidade que garante estarmos reunidos em uma sociedade que nos fornecerá o mínimo de que

necessitamos para bem viver? Tempo e direito: duas palavras que nos acompanham do nosso nascimento até nosso envelhecimento.

No Brasil, a velhice vem tentando romper com a “conspiração do silêncio” e tem buscado manifestar-se como um fenômeno relevante; tornou-se uma preocupação política e da Sociedade Civil.

O isolamento social das pessoas que envelhecem e não mais participam diretamente do processo produtivo é uma das marcas da sociedade capitalista. Como a história está em movimento<sup>18</sup>, reafirma-se que a velhice não é simples “fato natural” ou “fenômeno biológico”, mas condição histórica e social; condição variável conforme os interesses de sociedades que, como é o caso da brasileira, atrelam o tempo e os direitos à “capacidade produtiva”.

A velhice, como tudo que diz respeito ao homem, tem uma dimensão existencial. Ela modifica a relação com o mundo e com a própria história. Por outro lado, o homem nunca vive em estado natural: na sua velhice, como em qualquer idade, um estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence. O idoso é uma “*invenção social*”<sup>19</sup> relacionada à dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes, dos valores e culturas predominantes (hegemônicos).

Segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002*<sup>20</sup>, a maioria dos idosos brasileiros era composta (em 2002) por aposentados ou pensionistas (77,7%); neste ano, os que trabalhavam totalizavam 30,4%.

No Brasil de então, das pessoas com idade de 60 anos ou mais, 64,6% contribuíam ativamente para a renda familiar. O *Atlas* apresenta,

---

<sup>18</sup> Não pela ação das elites, da providência divina ou simples desejo dos homens, mas pelas contradições internas ao próprio processo da história.

<sup>19</sup> Segundo Mercadante (2005), apoiada na obra de Beauvoir, explica que a velhice é ao mesmo tempo natural (universal se apreendida como fenômeno biológico) e cultural (revestida de conteúdos simbólicos); na verdade uma totalidade biossociocultural, onde aparecem conteúdos que informam e explicam as ações e representações do sujeito. É na sociedade que se define o conceito de velhice e o papel de seus velhos conforme os valores e interesses que se atribuem aos sujeitos que não são ativamente produtivos.

<sup>20</sup> Caderno de Política Nacional de Assistência Social, Imprensa Oficial, 2005.

também, um dado preocupante em relação ao tipo de moradia: 12,1% dos idosos residiam em moradia unipessoais, ou seja, viviam sós<sup>21</sup>.

A partir do último dado acima mencionado podemos questionar se nos encontramos preparados para o fato de que o envelhecimento humano traz e trará consideráveis impactos culturais, econômicos e sociais para nossa era.

Contudo, a maior expectativa de vida está longe de significar boas previsões para grande parte da população idosa no Brasil. Muitas vezes alijados do convívio familiar, da vida social e cultural, do trabalho e sem atenção especial nas áreas de saúde mental e física, incontáveis idosos acabam não encontrando acesso às condições, serviços e recursos que lhe garantam qualidade de vida, dignidade e afirmação enquanto seres humanos.

Se olharmos com atenção para o Estatuto do Idoso, constatamos que, em meio à generalidade de seus artigos e incisos, escondem-se três categorias de idosos (sem apontar a redução das desigualdades entre elas): a) dos velhos com previdência e dos seguros sociais; b) dos velhos com assistência social e que estão amparados no conceito de política pública voltada para o atendimento à pobreza; c) dos velhos “sem nada”, sem previdência e sem assistência. Em outras palavras, a primeira categoria é a dos incluídos pela renda proveniente do trabalho; a segunda, pelo conceito de velho pobre sem renda; a terceira, dos destituídos de políticas sociais específicas.

Senhores da história (não a oficial) e detentores de conhecimentos e, fundamentalmente, de experiências de vida, são “peças” culturais de importante significado quando tratamos da memória, no sentido atribuído por Halbwachs. Para este autor que, como afirmado anteriormente, sublinha o conteúdo coletivo da memória, “*não (podemos) esquecer que nossos*

---

<sup>21</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil no ano de 2008 contava com uma população de 20 milhões de idosos com 60 anos ou mais; a porcentagem de idosos que respondiam pela condição de “responsáveis pelo domicílio” era de 53%; já a de idosos que residiam em moradias unipessoais elevou-se para 40,8%. (IBGE; 2008)

*sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas”* (1990: 36).

O tratamento que as sociedades dão a seus velhos tem implicações diferentes, dependendo do significado que cada uma atribui aos sujeitos (Beauvoir), mas há a necessidade de considerarmos que vivemos em um mundo globalizado e em sociedades norteadas pelo valor do capital.

Recorrendo novamente a importante contribuição de Sennett e recordando de seu conceito sobre o *Capitalismo Flexível*, percebemos que essas novas relações desorientam as pessoas justamente por não lhes proporcionarem mais a construção das próprias histórias de vida.

As novas organizações do mundo do trabalho e, conseqüentemente, as novas organizações econômicas, determinam, através das relações entre os homens, como a História é construída.

Assim, cumpre buscar respostas que expliquem como se dá ou dará a “afirmação” desse ser humano que, pela idade, é excluído do mercado de trabalho, perdendo os demais valores sociais a ele vinculados.

Hoje, o velho é visto e tratado como improdutivo, como um estorvo, uma ameaça, alguém maçante e fraco; frente à constatação de que esse será o maior grupo populacional da sociedade, cabe questionar as conseqüências dessa forma de agir/conceber sobre as novas organizações e relações sociais.

Pesquisa realizada pelo Instituto Perseu Abramo, em parceria com o SESC<sup>22</sup>, com representatividade de todos os Estados brasileiros, mostrou que a maior queixa dos idosos é o preconceito. As pessoas não se preparam para o envelhecimento. Isso não se ensina na escola, embora o Estatuto já estabeleça o tema como transversal em todas as instituições de ensino, com o objetivo de preparar a sociedade para o envelhecimento tendo como conseqüência alcançar o respeito aos mais velhos.

No que tange à educação, a discussão que vem acontecendo, sobre a inclusão da Gerontologia e Geriatria como disciplinas curriculares nos

---

<sup>22</sup> Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584.

cursos superiores e, nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino formal. O objetivo de inserir conteúdos voltados para o processo de envelhecimento bem como o desenvolvimento de programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, seria uma forma de produzir conhecimentos e eliminar preconceitos.

## **CAPÍTULO II**

### **UNO E MÚLTIPLOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS**

#### **1. Políticas Públicas e Envelhecimento**

*Nas sociedades modernas, a velhice é sinônimo de recusa e abatimento. Recusa vestida com diferentes roupagens: algumas, bastante evidentes, passam pela segregação e pelo isolamento social, pela ruptura dos laços afetivos, familiares e de amizade, pela negação do direito de pensar, propor, decidir, fazer, pela expropriação do próprio corpo; outras, mais sutis, são encontradas no tom protetor, muitas vezes cercado de cinismo, com que lidamos com nossos “velhinhos”. (Almeida, 2005:41)*

Das múltiplas questões que cercam o envelhecimento, a relacionada ao “gênero” ocupa um lugar singular. Isto porque uma das características do processo de envelhecimento, no Brasil e nos demais países, é a maior expectativa de vida das mulheres. O que se observa, portanto, é um padrão diferencial de mortalidade por sexo.

A predominância de mulheres entre os idosos é, assim, um fato recorrente. A maior sobrevida das mulheres acentua-se, progressivamente,

com o avançar da idade. Isto significa que à medida que consideramos as diversas *coortes* de idades superiores a 60 anos (65, 70, 75, 80 anos e mais), o intervalo que separa homens de mulheres aumenta, em favor das mulheres. A este fenômeno os demógrafos denominam “feminização da velhice”.<sup>23</sup>

Ao lado do fato de o envelhecimento populacional ser um fenômeno universal, ele possui, portanto, um forte componente de gênero. Uma das conseqüências deste fenômeno é a maior probabilidade de mulheres idosas ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa.

No que se refere ao Brasil, a maioria das idosas de hoje não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta. No entanto, embora vivam mais do que os homens, as mulheres experimentam maiores comprometimentos físicos e de saúde. Por outro lado, são elas, mais do que os homens, que participam de atividades extradomésticas, a exemplo de organizações e movimentos de mulheres, participação em cursos especiais, realização de viagens e, até mesmo, prática de trabalho remunerado temporário. Diferentemente do que fizeram na sua vida adulta assumem, progressivamente, o papel de chefes de família e de “provedoras” (Camarano; 2002). Já homens mais velhos têm maiores dificuldades de se adaptarem à saída do mercado de trabalho.

Em termos gerais, ao lado dos idosos que apresentam taxas elevadas de vulnerabilidade e dependência<sup>24</sup>, há os muitos que estão desempenhando um papel importante na família e na sociedade.

De qualquer modo, há que se considerar que o segmento idoso não deve ser considerado “homogêneo”; pelo contrário. Ele é bastante heterogêneo e complexo, composto por pessoas que experimentaram trajetórias de vida diferenciadas.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Saúde de 1998, mostram que aproximadamente 85% dos homens idosos e

---

<sup>23</sup> A Feminização da velhice guarda relação com o indicador “razão de sexo” (RS), ou seja, o número de mulheres existentes para cada grupo de 100 homens. Quando essa razão é superior a 100, expressa-se a feminização da velhice. (IBGE;2008).

<sup>24</sup> Certamente relacionadas à retirada da atividade econômica, às taxas crescentes de morbidade e, principalmente, às doenças crônicas e perda da autonomia.

83% das mulheres reportaram estarem em boas condições de saúde. As mulheres apresentam uma chance maior do que os homens, de experimentarem as doenças típicas da última fase da vida, tais como: artrite ou reumatismo, diabetes, hipertensão, doenças do coração e depressão, bem como de contraírem incapacidades que afetam as atividades do cotidiano.

De acordo com o PNAD/2008, existiam no Brasil mais de 20 milhões de idosos, ou seja, 11,1% da população total<sup>25</sup>. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera idosas as pessoas com 60 anos ou mais, mesmo limite de idade considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento. Entre 1991 e 2008, participação dos idosos na população total saltou de 7,3% para 11,1%. Entre o Censo/2000 e o PNAD/2008, observou-se um aumento, em números absolutos, de 7.200 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais de idade!

No que tange ao envelhecimento populacional algumas práticas podem ser observadas: no Brasil, como mencionado anteriormente, a aprovação de uma legislação específica<sup>26</sup> para a velhice norteou novas posturas e serviços para a população idosa, a exemplo dos transportes, dos benefícios previdenciários, da aposentadoria rural, dos atendimentos preferenciais, entre outros. Discussões na área da Saúde já apontam, há tempos, para a não eficiência de internações longas ou da institucionalização como respostas a idosos fora de agrupamentos familiares ou a agrupamentos familiares que não optam pela permanência dos idosos junto de si.

Todavia, mesmo assegurados em leis, esses serviços ainda encontram-se distantes de parcela significativa de seus usuários.

As questões que se colocam são: como, nas diferentes esferas de governo, as políticas públicas de atenção à velhice têm sido objeto de atenção especial, na observância dos ditames legais e na garantia dos mesmos? Quais as opções de trabalho, lazer, cultura, esportes, saúde,

---

<sup>25</sup> IBGE;2009

<sup>26</sup> Referimo-nos, aqui, à Política Nacional do Idoso (Lei Nº 8.842/94) e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), em vigor desde 01 de Janeiro de 2004.

habitação, educação que os idosos possuem? Que parcela da população idosa tem acesso a elas?

Há muitos idosos desprovidos de condições econômicas mínimas para a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência; são incontáveis idosos que, ao lançarem mãos de programas oficiais de auxílio (quando existentes), não encontram ações afirmativas de impacto na qualidade de vida buscada.

*Mas ainda assim, por que algumas pessoas têm o desejo de voz? Por que estariam dispostas a continuar discutindo e deliberando, mesmo em prejuízo próprio (...). Saem feridos muito mais dos que os que choram. Para imaginar comunidades dispostas a enfrentar o novo capitalismo, devemos também pensar na força do caráter. (SENNETT; 2005:173).*

Assim como Cícero<sup>27</sup>, que viu o envelhecimento como uma fase diferenciada e privilegiada na vida do homem, tendo este, a chance de contar com a experiência que somente a vivência possibilita, acreditamos que o envelhecimento só pode ser valorizado ao homem enquanto gênero humano.

Mas não podemos desconsiderar o fato de que, ainda cada envelhecer seja único, as concepções de velhice assumem formas e conteúdos muito diferenciados em sociedades, comunidades e famílias.

Como uma etapa da vida, a velhice nem sempre é encarada de forma natural. Muitos indivíduos querem viver por muito tempo, mas não querem envelhecer; contradição que reflete a desvalorização e a marginalização socialmente impostas àqueles que envelhecem. A valorização do idoso é central para a inserção e participação do mesmo na sociedade brasileira.

Diversamente do que ocorria há poucos anos atrás, hoje o envelhecimento foi alçado à condição de objeto privilegiado de pesquisa e

---

<sup>27</sup> Referimo-nos aqui à obra *Saber Envelhecer* (cf. Bibliografia).



investigação<sup>28</sup>. Paralelamente, o envelhecimento tem sido alvo de atenção de políticas públicas e de pautas políticas de nosso tempo.

Pensar em política pode significar pensar em participação popular, o que nos remete novamente para o conceito diferenciado de cidadania antes discutido.

Com a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso – leis elaboradas para preservar os direitos do idoso e evitar que essa faixa etária sofra discriminações e seja marginalizada na sociedade brasileira – a sociedade assumiu sua responsabilidade diante do novo panorama demográfico brasileiro.

Berzins relata:

*É importante destacar que o padrão de vida dos idosos brasileiros não alcançou os padrões dos países desenvolvidos. Estamos ainda muito longe disso. O que ressalta é que nossos idosos nem sempre são um peso para a sociedade. A renda dos idosos brasileiros, abaixo do que lhes seria direito, tem contribuído na economia nacional, demonstrando assim as desigualdades predominantes no nosso país e o quanto são urgente políticas promotoras para distribuição de renda justa. (2003: 31)*

Se nos atentarmos um pouco para a história de nosso país, verificaremos que a conquista da aposentadoria fez parte do conjunto de reivindicações do movimento operário no início do século XX; melhoria dos índices salariais, redução da jornada de trabalho, férias, aposentadoria<sup>29</sup>, regulamentação do trabalho de mulheres motivaram as primeiras manifestações grevistas e sindicais no Brasil. O ano de 1923 é considerado como um marco na previdência social brasileira quando, em 24 de janeiro, é assinado o Decreto-lei nº 4682 que cria a Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os trabalhadores ferroviários.

---

<sup>28</sup> A este título, não pode ser desprezado o fato de que os idosos passaram a ingressar na “fila” dos consumidores de produtos e serviços, tão cara à economia de mercado.

<sup>29</sup> Anne Marie Guillemard, socióloga francesa, trabalha a aposentadoria como extensão do direito social do trabalho, direito à aposentadoria corresponde a uma dívida social contraída pela sociedade em relação àqueles que lhe ofereceram suas forças. (Cf. Guillemard, 1986)

Em 26 de agosto de 1960, o governo Juscelino Kubitschek assina a Lei Orgânica da Previdência Social (Lops – Lei 3.807), uniformizando o direito de todos os segurados, isto é, dos trabalhadores amparados pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, foi em 1966 que o imenso aparelho estatal: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), consolidava a unificação do sistema previdenciário brasileiro. Antes, a ação reivindicatória dos segurados era segmentada por categorias, assim as mais combativas conquistavam melhores coberturas previdenciárias, como por exemplo, a categoria dos ferroviários, dos marítimos e bancários; a partir de 1960 apenas um movimento seria capaz de negociar com o Estado, luta que ficou desenhada não mais pela ampliação de benefícios, mas pela qualidade dos mesmos.

O Movimento de Aposentados e Pensionistas se efetivou com a criação de Federações que se uniram, formando em 1985 a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). Cabe destacar o crescimento do Movimento com o estímulo gerado pela promulgação da Constituição de 1988, onde foi possível verificar forte participação popular do segmento na luta por conquistas que ficaram garantidas em lei.

Em sua redação, a Constituição trouxe um novo caráter democrático e descentralizado de conceber o conceito de *Seguridade Social*; em seu art. 194 a Carta define como Seguridade Social o tripé composto pela Saúde, Previdência e Assistência Social. Com isso, os art. 201, 202 e 203 passaram a definir que nenhum salário pago a título de aposentadoria ou pensão pode ser menor que o salário mínimo vigente o no país, bem como extingue a Renda Mensal Vitalícia<sup>30</sup> para dar lugar ao Benefício de Prestação Continuada<sup>31</sup>, efetivado somente com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93).

As pressões do Movimento de Aposentados e Pensionistas junto aos poderes Legislativo e Executivo e as manifestações para sensibilizar a

<sup>30</sup> Instituída em 1974, correspondia a 50% do maior salário mínimo pago no país não podendo ultrapassar 60% do mesmo; beneficiava geralmente trabalhadores que não eram cobertos pela CLT, como autônomos e uma grande maioria de trabalhadores rurais.

<sup>31</sup> BPC, pago à pessoa com 65 anos ou mais que não possua renda igual ou superior a ¼ do salário mínimo; diferente da aposentadoria, o BPC não dá direito à 13º salário e não se reverte em pensão. (Cf. LOAS)

opinião pública, não conseguiram trazer para um primeiro plano os debates sobre o direito à vida e, conseqüentemente, sobre o direito à dignidade na velhice.

Por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o ano de 1999 foi consagrado ao Idoso. Não se pode falar em morte sem considerar a vida, assim como, em velhice, sem considerar a trajetória vivida no decorrer dos anos. Falar em velhice sem considerar as desigualdades sociais é tratar o assunto em uma universalidade abstrata.

Temos, no país, idosos que conseguiram alcançar através de uma aposentadoria, ações afirmativas de vida, como, por exemplo, contarem com amparo à saúde, moradia, alimentação, lazer, convívio social e familiar, com acesso a bens e serviços que não os privam de qualidade para viverem uma velhice que não se limita apenas em dados de “expectativa de vida”. Contudo, sem precisar recorrer a dados demográficos, vivenciamos em qualquer idade, em nossas relações sociais, um contingente de idosos que não possuem a mesma “sorte” (o que deveria ser direito, em um país com gritantes desigualdades sociais, o mínimo para a vida torna-se sorte).

Para tanto, queremos estender um pouco dessa reflexão sobre o acesso aos mínimos sociais, explorando um pouco a questão da política de habitação, uma vez que esse problema está intimamente relacionado com a protagonista deste estudo, a Sr<sup>a</sup> Olga.

Vemos que a questão da moradia é politicamente considerada como uma necessidade básica difícil de ser suprida, devido entre outros fatores, seu alto custo e dos mercados de terra e imobiliário. Por outro lado, aqueles que não podem pagar um aluguel ou comprar um imóvel lançam mão de alternativas como construção de barracos com materiais de baixo custo (papelão, madeira, plástico) em áreas públicas ou privadas, morar nas ruas, prédios abandonados, viadutos, pontes etc. como forma de solucionar o problema.

É importante entendermos que o déficit de construções, as péssimas condições habitacionais, a segregação espacial<sup>32</sup>, o alto valor dos aluguéis,

---

<sup>32</sup> Separação de bairros de acordo com a renda de seus moradores; bairros pobres geralmente encontram-se longe dos centros urbanos dificultando aos seus moradores o acesso a bens e serviços

estão relacionados ao contexto social e refletem as determinações econômicas, sociais e políticas de cada época.

A Política Habitacional, ao fazer parte da Política Urbana deve ser apreendida na interrelação dos movimentos sociais com o Estado, assim, na sua trajetória histórica, as cidades tem sido palco de várias formas de lutas para acesso à terra, à habitação e aos bens de consumo coletivo. Neste sentido, as lutas por moradia contribuem para que esta questão seja incluída em alguns planos de governo, dando assim maior visibilidade política à questão habitacional (Cf. Giorgetti, 2006).

## 2. Estatuto do Idoso

*Esse projeto de Lei está embasado na concepção da necessidade de aglutinação, em norma legal e abrangente, das postulações sobre o idoso no país, exigindo um redirecionamento de prioridades das linhas de ação das políticas públicas. (Bruno, 2003: 79)*

Por muito tempo a velhice foi tratada como questão doméstica; questão que dizia respeito apenas ao mundo privado.

Julgamos importante recordar a participação popular, onde constatamos a participação dos idosos na formulação da Constituição Federal e das leis que se desdobraram na garantia dos direitos dos idosos.

Comparado a outros países em desenvolvimento, o Brasil é considerado um País que possui legislações avançadas<sup>33</sup>.

Podemos dizer sobre o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03, que trata se uma lei que ainda não teve tempo para completa implantação e, mais importante, entendimento, nem por parte do poder público e judicial, nem da própria população.

Na Política Nacional do Idoso (PNI), Lei que antecede o Estatuto, é prevista a criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Federal; estes

---

(uso de bens e serviços coletivos como escolas, postos de saúde, transportes entre outros)

<sup>33</sup> Vide nossa Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor entre outras.

conselhos devem ser paritários, e formados por representantes da sociedade civil e do poder público constituindo, assim, espaços legalmente previstos para as discussões e encaminhamentos sobre assunto que dizem respeito aos idosos. Esses Conselhos são formas legítimas de participação.

Após sete anos tramitando no Congresso<sup>34</sup>, o Estatuto do Idoso foi aprovado em setembro de 2003 e sancionado pelo presidente da República no mês seguinte, ampliando os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos. Mais abrangente que a Política Nacional do Idoso, o Estatuto institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos idosos.

Segundo Silva (2005), não foi exatamente a Constituição Federal que definiu uma idade a partir da qual uma pessoa é juridicamente considerada idosa. Ela não foi precisa quando tratou de assuntos como aposentadoria e benefícios mensais da assistência social. Porém, dada sua abrangência no que concerne à fixação de ações e diretrizes governamentais, a Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 (PNI), legislou sobre o assunto, firmando que “idosa” é a pessoa maior de sessenta anos de idade. Nove anos depois, o Estatuto do Idoso consolidou essa idade.

*(...) um dos grandes méritos do Estatuto foi a oportunidade de discussão com representantes da sociedade civil organizada, que reagiu de forma veemente a um dos projetos de lei que não obstante as importantes contribuições proporcionadas à redação final do Estatuto, inadvertidamente previa a revogação da Lei ° 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso), fruto de mais de vinte anos de perseverança e espera, e que, ao final, não tendo sido revogada, continua a vigir, agora ao lado do Estatuto. (Silva, 2005:165).*

Impulsionada pelo sistema capitalista, a dinâmica social atingiu de forma cruel muitos homens em situação de vulnerabilidade social, tanto mais quando se leva em consideração os riscos e necessidades que essa mesma sociedade produziu, dentre os quais o desemprego crônico. Frente a isso, o Estado foi levado a desenvolver programas de amparo públicos.

---

<sup>34</sup> Cabe lembrar que a Política Nacional do Idoso foi sancionada em 1996; o Estatuto do Idoso, apenas em 2003.

Neste contexto, a assistência social surgiu como um direito humano fundamental, relevando-se na própria garantia dos meios de existência.

Cabe destacar aqui a Lei ° 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), mais conhecida como LOAS, que define, em seu primeiro artigo:

**Art. 1º** - *A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.*

E continua no **art. 2º**

**Parágrafo único** – *A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.*

Incluída na Seguridade Social, voltada a prestar assistência a quem dela necessitar (independente de contribuição) e tendo entre seus objetivos a proteção à velhice, assegura a garantia de um salário mínimo a título de benefício mensal de prestação continuada ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Sobre o Estatuto do Idoso, Ramos afirma:

*Muitos são os velhos brasileiros que necessitam da assistência social, que não pode ser apenas entendida como a concessão de um benefício de prestação continuada, mas como um conjunto de políticas públicas que devem ser desenvolvidas para resgatar essas pessoas da condição de indigência e pobreza em que se encontram. O objetivo da assistência social é firmar a idéia de que o homem não*

*nasceu para sofrer, daí à necessidade de ser vista como direito humano fundamental. (2005:59; grifo nosso).*

Pautado pelo princípio maior de conferir e garantir melhor qualidade de vida para o idoso, o EI incentiva o acolhimento do idoso em situação de risco, de abandono ou sem renda suficiente; estabelece, também, a provisão econômica para efeitos legais, a exemplo do abatimento de despesas na declaração do Imposto de Renda.

O Estatuto do Idoso trata de maneira específica os diversos aspectos relacionados à vida das pessoas com mais de sessenta anos. Tentaremos registrar, ainda que brevemente, alguns desses pontos:

➤ **Saúde**

O idoso tem atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS). A distribuição de remédios aos idosos, principalmente os de uso continuado (hipertensão, diabetes etc.), deve ser gratuita, assim como a de próteses e órteses. Os planos de saúde não podem reajustar as mensalidades de acordo com o critério da idade. O idoso internado ou em observação em qualquer unidade de saúde tem direito a acompanhante, pelo tempo determinado pelo profissional de saúde que o atende.

➤ **Transportes Coletivos**

Os maiores de 65 anos têm direito ao transporte coletivo público gratuito. Antes do Estatuto, apenas algumas cidades garantiam esse benefício aos idosos. A carteira de identidade é o comprovante exigido. Nos veículos de transporte coletivo é obrigatória a reserva

de 10% dos assentos para os idosos, com aviso legível.

Nos transportes coletivos interestaduais, o Estatuto garante a reserva de duas vagas gratuitas em cada veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Se o número de idosos exceder o previsto, eles devem ter 50% de desconto no valor da passagem, considerando-se sua renda.

### ➤ **Violência e Abandono**

Nenhum idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Quem discriminar o idoso, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte ou a qualquer outro meio de exercer sua cidadania pode ser condenado e a pena que varia de seis meses a um ano de reclusão, além de multa.

Famílias que abandonem o idoso em hospitais e casas de saúde, sem dar respaldo para suas necessidades básicas, podem ser condenadas a penas de seis meses a três anos de detenção e multa. Para os casos de idosos submetidos a condições desumanas, privados da alimentação e de cuidados indispensáveis, a pena para os responsáveis é de dois meses a um ano de prisão, além de multa. Se houver a morte do idoso, a punição será de 4 a 12 anos de reclusão.

Qualquer pessoa que se aproprie ou desvie bens, cartão magnético (de conta bancária ou de crédito), pensão ou qualquer rendimento do idoso é passível de condenação, com pena que varia de um a quatro anos de prisão, além de multa.



➤ **Entidades de Atendimento ao Idoso**

O dirigente de Instituição de atendimento ao idoso responde civil e criminalmente pelos atos praticados contra o idoso. A fiscalização dessas instituições fica a cargo dos Conselhos Municipais do Idoso de cada cidade, da Vigilância Sanitária e do Ministério Público. A punição em caso de mau atendimento aos idosos vai de advertência e multa até a interdição da unidade e a proibição do atendimento aos idosos.

➤ **Lazer, Cultura e Esporte**

Todo idoso tem direito a 50% de desconto em atividades de cultura, esporte e lazer.

➤ **Trabalho**

É proibida a discriminação por idade e a fixação de limite máximo de idade na contratação de empregados, sendo passível de punição quem o fizer. O primeiro critério de desempate em concurso público deverá ser o da idade, com preferência para os concorrentes com idade mais avançada.

➤ **Habitação**

É obrigatória a reserva de 3% das unidades residenciais para os idosos nos programas habitacionais públicos ou subsidiados por recursos públicos.

O que não podemos esquecer é que essas leis contemplam garantias legítimas e buscam melhorar a qualidade de vida de uma imensidão de idosos que enfrentam essa fase da vida como se fossem algo já descartado pela sociedade. Mas apenas no papel, a lei não se garante; exige trabalho de todos, de cada cidadão – ainda em formação ou já tendo passado por diversas etapas da vida – do poder público, do poder judiciário, de trabalhadores da área social, enfim, exige real comprometimento de todos que fazem ou farão necessárias as garantias e os direitos.

Se pensarmos que ainda há pouca participação dos idosos no controle social e que eles são, muitas vezes, representados por terceiros, veremos que muitos deles não estão acostumados com o processo democrático ou de construção da cidadania da qual discorreremos. Muitos viveram, em sua juventude, a ditadura militar, além de uma educação autoritária.

Verificamos uma maior força entre aposentados, que lutam por melhoria salarial. Mas a luta por direitos amplos, como saúde, educação e previdência mantém-se à distância.

## **CAPÍTULO III**

### **HISTÓRIA DE VIDA**

#### **1. Considerações Metodológicas**

*“O método existe para ajudar a construir uma representação adequada das questões a serem estudadas”. (Oliveira; 2001:22)*

Oliveira compara o método a um caminho escolhido, entre vários, para se alcançar determinado resultado. Chauí (2003) ressalta que o bom método é aquele que permite conhecer verdadeiramente o maior número de coisas com o menor número de regras. Compara o pesquisador ao artesão que prepara sua obra.

Segundo Oliveira:

*As ciências humanas, ao serem exercidas como ofício, permitem que cada pesquisador se sinta parte integrante da tradição clássica, podendo fazer reviver, dentro de nós e entre nós, aquilo que de mais alentador a condição humana pode oferecer. (2001:20)*

Importa sublinhar que além de normas e regras, o método explicita o processo de reflexão. Isso significa que além de um objetivo especificado, existe um grande material histórico e filosófico que ampara uma pesquisa.

Sem dúvida, o método serve para ajudar na organização e na realização de uma pesquisa.

Considerando seu surgimento nos séculos XVI e XVII (Oliveira; 2001), acreditava-se que, pelo uso da razão, seria possível para o homem conhecer melhor seu mundo e transformá-lo. Foi necessário separar a produção de conhecimento do âmbito eclesiástico e, com o surgimento das academias laicas, foi possível avançar nas explicações dos dramas sociais.

Nas ciências sociais, inexistente consenso sobre quais seriam os métodos ou o método mais adequado para uma determinada pesquisa. Assim, para direcionarmos nossa reflexão norteamos nosso pensar de forma a entender o mundo através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Segundo Minayo:

*Enquanto abrangência de concepções teóricas, a teoria e a metodologia caminham juntas. [...] Enquanto conjunto de técnicas a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (1998:16)*

O contexto mais geral desse trabalho é o fenômeno da longevidade que tem se mostrado relevante nos dias de hoje e, conseqüentemente, os desafios relacionados a esse fenômeno, em particular os relacionados à participação político-social. Cabe-nos destacar aqui os caminhos percorridos.

Para a coleta de dados, a técnica utilizada foi a “*historia de vida*”; técnica lastreada na noção de que cada história nos remete a algo acontecido e que, contudo, pode ser recuperado. Ao exigir o exercício da memória – o que não significa trazer do passado os fatos tais como ocorreram, mas olhá-los com os olhos do presente – a história de vida se situa no cruzamento entre o indivíduo e a coletividade, entre a biografia e a história. Acreditamos, assim, que relatos de uma personagem extrapolam os limites individuais, remetendo ao coletivo, ao grupal, ao social e histórico.

Denzin assim define a “História de Vida”:

*A História de Vida apresenta as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam sua experiência. (apud. Minayo; 2000:126)*

A opção pela história de vida de um único sujeito decorreu da consideração de que além de possibilitar a coleta de dados, informações, desejo, aspirações e relações em profundidade da trajetória de vida, esta técnica permite, também, estabelecer pontes com a realidade que rompem com as fronteiras da vida da personagem.

A história de vida pode ser escrita ou verbalizada. Para a finalidade de nosso trabalho, demos ênfase à que é realizada como uma entrevista em profundidade. Para o registro, fizemos o uso do gravador.

Para Hangette, este método serve como ponto de referência para avaliar teorias que tratam do mesmo problema para cujo propósito as informações foram tomadas. Ela pode servir de base sobre a qual as suposições podem ser feitas realisticamente, aproximando a direção de onde a verdade realmente se situa.

Segundo Hangette:

*[A história de vida], pode mais que qualquer técnica, talvez a observação participante, dar sentido à noção de “processo” [...] “processo em movimento”. Esse “processo em movimento” é observável, mas não facilmente. Ele requer uma compreensão íntima da vida dos outros, assim como uma técnica, como a história de vida, que nos fornece uma riqueza de detalhes sobre o referido processo, cujo caráter só seríamos capazes de especular na ausência de uma técnica adequada. (2000:82)*

Sobre a história da técnica que utilizamos, Hangette diz que ela nunca foi muito prestigiada nos trabalhos acadêmicos no Brasil; já nos EUA ela é amplamente utilizada, principalmente por antropólogos. Contudo, a história de vida é uma técnica usual de coleta de dados em trabalhos científicos.

Em termos gerais, comparado a outros países, os livros de metodologia científica publicados no Brasil não apresentam grande ênfase sobre as metodologias qualitativas (Hangette), fato que vem mudando com a publicação de diversas monografias no cenário acadêmico atual.

A história de vida lança mão da memória com fator importante e dinâmico na interação passado / presente, fugindo do aspecto estático do documento escrito que permanece o mesmo através do tempo. Através do registro com o gravador e a transcrição de seu conteúdo, constrói-se o conteúdo da investigação, que poderá permanecer para consultas posteriores.

Minayo confirma o caráter de processo de tal técnica como instrumento privilegiado para interpretação do processo social a partir de pessoas envolvidas:

*[...] os pressupostos teóricos que validam a história de vida são da mesma natureza que fundamentam a entrevista e a observação participante. Ela é instrumento privilegiado para se interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas, na medida em que se consideram as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas. [...] Visa descobrir o ponto de vista e as motivações dos participantes voluntários [...] na História, portanto protagonistas dos fatos sociais, mas geralmente descartados na visão oficial dos setores dominantes. (2000:127/128)*

Em nosso trabalho, depois de definido que o procedimento de coleta de dados seria a *história de vida*, foi proposto o agendamento de entrevistas com a Sr<sup>a</sup> Olga. Informada, toda a conversa foi registrada através de gravador, sendo posteriormente transcrita.

Utilizamos frases motivadoras como “conte-me um pouco de sua história” ou “como você falaria de sua vida”. As interrupções do entrevistador ocorreram apenas para ressaltar alguma questão ou esclarecer melhor uma colocação. A entrevistada ficou a vontade para relatar suas reminiscências, ressaltando o que de mais importante julgava em sua história.

Por questão ética, não anexamos as transcrições dos encontros para a coleta da história de vida de Olga. Não seria possível a análise das falas

logo após serem registradas se somente anexássemos a transcrição. Por esse motivo, optamos por avaliar pontos que foram considerados relevantes para o trabalho, como também maior aproveitamento dos pontos levantados pela entrevistada.

Com auxílio de bibliografia sobre os temas abordados procuramos encontrar, nas ciências sociais, os recursos que nos levaram a um maior aprofundamento da história coletada. Quisemos “*mostrar*” Olga como uma voz entre tantas outras de atores anônimos desse processo; processo de construção de uma trajetória de militância e conquistas.

## **2. Uma História: Olga**

*Não importa a proximidade da morte, é justamente a finitude da vida que apressa a necessidade da luta.*  
(Medeiros, 1998:11)

Comunicativa e bastante emotiva; foi assim que dona Olga se apresentou nos encontros. Nascida no vilarejo de Los Andes, Chile, em 29 de agosto de 1932, ressalta que está no Brasil há mais de 47 anos; praticamente todos vividos na cidade de São Paulo.

Filha de pai militar e de mãe dona de casa, Olga queixa-se do grande e severo controle que o pai tinha sobre as atividades de casa.

Explica que a seu ver não nasceu para ficar em casa; desde criança, sempre esteve envolvida em trabalhos da igreja católica. Lembra-se que antes da igreja acompanhava o pai que participava de uma Cooperativa formada pelos oficiais do Exército que não possuíam casa própria.

A vivência, bem cedo, de experiências que remetem o homem ao seu cotidiano genérico diferencia a prática de situações que colocam o homem frente a situações que dizem respeito aos problemas sociais. No campo das ciências humanas, cada vez mais se caminha para denotações de cidadania entendida como prática e não como algo concessão à pessoa.

De acordo com Morin,

*Cada indivíduo numa sociedade é parte de um todo, que é a sociedade, mas esta intervém, desde o nascimento do indivíduo, com sua linguagem, suas normas, suas proibições, sua cultura, seu saber [...] (1996:275).*

Em certa ocasião, a família de dona Olga mudou-se para outra cidade (La Caje Larga); cidade cortada por uma avenida que liga Santiago à Argentina.

Ela explica que “nasceu na igreja católica”; costumava ir à igreja todas as manhãs e lá ficava o dia todo. Tinha alguns compromissos, como cuidar dos Livros de Batismo, de Crisma, de Casamento e Óbito. Confessa que ficava lá para “escapar” do controle do pai em casa. O pároco ria do fato de ela passar o dia todo na igreja para não ter que ficar em casa.

Na igreja, fazia parte da instituição Cáritas. Explica que os Estados Unidos da América costumavam mandar roupas, mantimentos e remédios freqüentemente. Ela e mais duas colegas separavam as roupas, queijo em lata, sacos de fubá e latas de leite, entre outros produtos, para distribuírem para pessoas carentes.

*“A gente ia visitar a família e chamava a família para reunir-se na igreja e aí a gente repartia as coisas. A gente não dava para qualquer um não, e o padre tinha uma coisa interessante... eu aprendi muito com esse padre<sup>35</sup>”.*

Olga conta um evento que presenciou com o padre. A igreja tinha uma charrete que era usada para fazer visita às famílias:

---

<sup>35</sup> As “falas” de Olga foram registradas, nesta dissertação, em fonte Arial, tamanho 12, em Itálico e entre aspas.



*“Certa vez, fomos visitar uma família bem pobre, mas pobre mesmo. Observávamos se a família tinha higiene, pois jamais pobreza deve ser confundida com sujeira”.*

Nessa visita, o padre que a acompanhava fez um sinal com a cabeça indicando que não iriam atender àquela família. Ela achou um absurdo. Na casa tinha seis crianças mais a mãe; todos dormiam amontoados. Depois, o padre explicou que a mãe não precisava de muita ajuda uma vez que estava com as unhas feitas, cabelo e rosto pintados e boas roupas enquanto seus filhos estavam largados; mas nem por isso as crianças pagariam.

O rapaz da charrete ia buscá-los todos os dias. Tinha os que iam para a escola e, depois, todos ficavam na igreja onde almoçavam, tomavam café, brincavam, faziam as lições escolares e, antes de voltarem para casa, tomavam banho e jantavam.

Discussões sobre assistência social e assistencialismo ocupam, hoje, parcela significativa das agendas políticas e acadêmicas. Iniciam-se, também, debates sobre a participação de órgãos prestadores de serviço, bem como o terceiro setor, que procuram alternativas para práticas paternalistas e que apresentem um impacto diferenciado para a população que faz parte desse processo. Não devemos ignorar ações que fornecem soluções para necessidades pontuais e mais urgentes de pessoas e famílias que estão em situação de risco, mas não pode ser perdido de vista que a construção da verdadeira cidadania parte de princípios que transformem os agentes sociais em sujeitos e protagonistas de uma ação consciente.

Rindo, Olga conta que quando o pai saiu do quartel ficou com mais tempo para vigiar as filhas; foi nessa época em que ela mais se dedicou ao trabalho na igreja.

Com vinte e três ou vinte e quatro anos, ela e o namorado resolveram sair do Chile. Foram primeiro para o Uruguai, pois pensavam que era mais fácil a imigração.

Explica que teve oportunidade de conhecer uma família que fazia parte de uma Cooperativa e que acabou se envolvendo na participação de trabalhos realizados na igreja no Uruguai. Quando fala sobre isso, dando risadas, explica que sempre foi “muito *igrejeira*” e que continua sendo “*igrejeira*” até hoje. Contudo, diz que teve problemas com a imigração no Uruguai, tendo que deixar o país.

Ela e o namorado partiram então para Curitiba, onde permaneceram por pouco tempo. Recorda que naqueles tempos, as coisas eram mais difíceis. A entrada para o Brasil era Porto Alegre e a viagem para Curitiba não era direta.

Olga lembra como Curitiba era diferente; era bem menor. A primeira impressão que teve de Curitiba foi de semelhanças com o Chile. Para ela, Curitiba está agora totalmente diferente.

Resolveu que procuraria São Paulo, pois tinha conhecimento que era uma cidade grande, evoluída.

Chegando a São Paulo, Olga foi morar na rua Brigadeiro Luiz Antonio, esquina com a rua Xavier de Toledo; o local era como se fosse uma pensão: alugavam-se quartos e tinham quatro refeições por dia.

### ***Um outro país***

Em São Paulo, seu primeiro emprego foi como costureira, mesmo não tendo idéia de como realizar o ofício. Explica que, apesar disso, era muito “esperta”, muito sagaz e que não demorou muito para sua patroa notar o quanto se diferenciava das outras funcionárias.

Divagando sobre seu passado, Olga relata:

*“Eu era muito esperta; matemática era uma coisa que eu... se eu tivesse estudado mais teria uma*

*chance. Eu tenho facilidade com números, muita facilidade”.*

Ao discutir o caráter dialético da história Demo (2003) afirma que apesar de ser construída por homens, a história não é pré-definida como acreditam os existencialistas. Somos seres diferentes; seres de escolhas, as mais complexas que existem, se assim podemos dizer; contudo, dentre nossas escolhas estão infinitas situações que a própria dialética se encarrega de conduzir.

Nos anos sessenta, era moda, entre as mulheres, vestirem vestidos com saia frisada; então era um trabalho que era executado com bastante frequência. Olga conta que a dona da loja onde trabalhava ficou espantada, pois notou que para fazer uma saia frisada, as demais funcionárias demoravam duas, três horas, enquanto ela chegava a fazer até cinco peças em uma hora. Explica que para isso ela fazia os cálculos do tamanho do pano e do manequim com a fita métrica. Assim já sabia quantas pregas a confecção teria.

Sorrindo, ela diz que tentava mostrar como fazia, mas as outras não entendiam.

Esse emprego que Olga conseguiu era um trabalho temporário, apenas para a época de final de ano, quando as vendas aumentavam muito. Trabalhou nos três últimos meses do ano e foi dispensada.

Mesmo sendo dispensada, a entrevistada explica que a dona da loja recomendou seus trabalhos para outra loja, que ficava sobre o Edifício Samambaia. Relata que não gostou do serviço (concerto de roupas) e que pediu para sair. Começou então a procurar novo emprego.

Na procura de emprego, acabou chegando ao Largo Santa Cecília,

*“quando nem existia metrô. Havia a casa da família Matarazzo como referência”.*

Pela forma como Olga conta sua história percebe-se como são curiosas suas recordações de datas, lugares e pessoas que estavam presentes. É como se ela construísse a cena que relembra; fato recorrente nas suas falas.

Olga conversou com uma senhora portuguesa que cuidava de uma grande loja de tecidos e pediu-lhe emprego; contudo, essa senhora explicou que não podia contratá-la. Nossa protagonista disse que era turista e que não queria ficar,

*“eu quero trabalhar para eu ir embora, pois meu dinheiro acabou”.*

Então, a senhora portuguesa concordou com que dona Olga trabalhasse na loja; porém, ela não foi contratada formalmente como funcionária. Ressalta que era o mês de maio, pois se lembra que um grande número de pessoas procurava a loja, que era uma das mais famosas de São Paulo, por ocasião do Dia das Mães. Recorda que naquele tempo era bem mais difícil a pessoa comprar roupas já confeccionadas; vendiam-se tecidos, forros, materiais de armarinho etc.

Olga sorri ao lembrar que muitas pessoas a procuravam para ser atendida porque ela falava tudo “enrolado” e se atrapalhava.

Explica que, para tentar intimidá-la, a administradora da loja disse que daquele dia em diante cada uma das moças que trabalhavam lá ficaria encarregada da limpeza da loja. Olga conta que por ela não houve problemas, pois acreditava que estavam querendo fazer pressão sobre ela, o que acabou não surtindo grande efeito.

Ela realizava, sem grandes problemas, todas as tarefas que lhe eram atribuídas. Chegou a acreditar que houve um impasse:

*“Essa moça sabe costurar, medir os panos direito, sabe limpar, fazer tudo, como a gente vai mandar*

*ela embora... Fui para lá trabalhar seis meses e só saí de lá dois anos mais tarde quando fiquei grávida de minha primeira filha”.*

Depois da gravidez, Olga voltou a procurar a loja e foi novamente aceita para trabalhar. Recorda, novamente, sua facilidade com as contas – isso a tornava mais rápida que as outras vendedoras. Era muito trabalho: vender o tecido, fazer a conta e fazer o pacote da mercadoria. Olga não sabia fazer o pacote, então ficava olhando... olhando e, quando chegava em casa, ia treinar fazer embrulho com jornal.

Conta com saudosismo e bom humor:

*“Eu nunca tinha feito pacote na minha vida, não sabia como fazer. Treinava como se media o tecido porque no Chile o tecido era medido no balcão e aqui era aquela régua mole, assim eu treinava com o cabo de vassoura”.*

Foi então que Olga resolveu procurar outro emprego; tinha verdadeiras intenções de voltar para o Chile.

*“Eu pensava em voltar para o Chile, claro! E a gente vai se acostumando, acostumando e quando consegui voltar no ano de setenta e dois estava tudo mudado, tudo era difícil, tudo estava diferente; pensei então que não queria mais aquilo nem para mim, nem para meus filhos. Voltei”.*

Nossas referências mudam quando estamos participando de determinado meio social. Aqui, nosso sujeito havia construído laços sociais e de amizade; estava adaptada a certo tipo urbano com experiências e vivências particulares. Na experiência que Olga teve em voltar para o que seriam “suas raízes” o que vivenciou foi “estranhamento”. Viu-se como

“estrangeira” na própria terra natal. Não era mais a Olga “igrejeira” que fugia do pai e que estava voltando.

Suas referências haviam mudado, sua identidade havia mudado. O que lhe era familiar na sua infância deixou de ser parte de seu universo, tornando-se agora estranho, mas ainda lhe fazendo parte.

De acordo com Ciampa, a sociedade é produção humana; ela é realidade objetiva. O homem é produto da sociedade. Por outro lado, afirma que a identidade é metamorfose; não é algo dado, mas é constantemente construída; o homem não nasce com uma identidade pré-estabelecida. Apreendida como processo, a identidade se produz com, a partir e no encontro com o outro e o meio.

Ao discutir o conceito de identidade somos remetidos, segundo o Ciampa, ao desenvolvimento da própria espécie humana. Ser homem é uma construção frente ao concreto. Diz este autor:

*É sabido que ao se firmar a materialidade do real, deve-se sempre considerar que suas manifestações são sempre formações materiais. A rigor, o conceito de matéria só se aplica à totalidade do real. Cada coisa é uma formação material; tanto uma sociedade como uma instituição, uma família, um grupo, como também um ser humano, todos são formações materiais particulares em relações recíprocas universais. Sempre que se faz um corte no real pode-se estudar sua formação particular como geral [...] relacionada a outra formação particular, tomada como parte desse geral (2005:150).*

A natureza está em constante transformação; o homem está em constante transformação; a história está em constante transformação.

Em mil novecentos e sessenta e oito, de volta ao Brasil, Olga começou a trabalhar em uma loja na Rua Direita, na loja de um judeu que também trabalhava com tecidos e roupas. Diz:

*“Foi o melhor patrão que tive”.*

Diz que na época muitos comerciantes trabalhavam com “*guarda livros*”<sup>36</sup>; estes eram atualizados semanalmente por uma pessoa que prestava o serviço para a loja. Porém, acontecia de chegar mercadoria no meio da semana e a mercadoria não podia ser vendida, pois ainda não estava lançada no livro de controle.

Conta que certa vez perguntou para o chefe quanto pagava pela mercadoria; depois, quanto calculava de lucro e assim foi obtendo várias informações que a possibilitaram de fazer os cálculos lançando toda a mercadoria que tinham. Com isto, Olga passou a fazer também a contabilidade da loja.

Três anos se passaram e o patrão de Olga não havia percebido, segundo conta, que ela nunca tinha tirado férias. Firmaram um acordo de que ela ficaria dois meses de folga e o terceiro eles programariam mais tarde.

Olga decidiu fazer uma viagem para o Chile; não seria mais uma tentativa de regresso, mas uma visita à família:

*“Está certo que lá eu tinha família, tinha tudo, mas não era o que eu queria para minha vida”.*

### ***Discriminação***

Olga relata algumas diferenças de comportamentos que não mais faziam sentido em sua vida; costumes que eram seguidos exatamente como regras e normas e que, para ela, se tornaram estranhos.

---

<sup>36</sup> Espécie de contador.

*“Você tem que tomar muito cuidado com o comportamento. Agora não, mudou, mas naquele tempo as pessoas falavam muito”.*

Segundo ela, quando esteve no Chile para visitar seus parentes tudo estava muito diferente. Em conversa com seu pai fez alguns questionamentos:

*“Engraçado não, as coisas por aqui não mudam, se eu ficar doente e precisar de um médico de graça? E quando o senhor precisar, quem vai pagar?”*

Segundo conta, os acontecimentos que seus familiares vivenciavam como comuns eram, para ela, passíveis de questionamentos.

*“O dia em que eu saí lá no Chile de bermuda meu pai quase teve um ataque... eu saí de regata, bermuda, chinelos, meu pai quase teve um ataque do coração...”.*

Os costumes que ela adquiriu longe de sua comunidade natal traziam agora discriminação e preconceito de seus hábitos comuns.

*“O dia em que saímos com meu irmão ele fingia que não estava comigo, acho que nunca me diverti tanto assim na vida. Meu filho falou comigo: ‘por que o tio não vem perto da mãe?’ e eu respondi: ‘deixa seu tio para lá.’ É engraçado agora; dou muita risada, mas que na hora dava raiva, ah como dava. Só por que a gente não podia andar a vontade”.*



Olga riu ao contar, mas assumiu que foi discriminada. Comenta que quando seus parentes vieram para o Brasil visitá-la, ficaram à vontade e nada foi cobrado por ela.

Lembramos, aqui, de Heller (1985) sobre a vida cotidiana e algumas de suas particularidades.

Já trabalhamos com a afirmação do homem ser essencialmente um ser social. Por conseguinte, a substância da sociedade é a história. O homem realiza a história através de sua relação com outros homens e com a natureza. Essa história é irreversível, depois de ocorrida, não está mais passível de mudanças.

*A essência humana, portanto, não é o que esteve sempre presente na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano. (Heller; 1985:04).*

Na vida cotidiana, o homem participa de forma inteira, com suas particularidades, individualidades e personalidade. Ele já nasce inserido na cotidianidade; seu amadurecimento, em qualquer sociedade em que se encontra, significa aquisição de habilidades imprescindíveis para a vida em sociedade. Ser adulto significa ser capaz de viver por si mesmo, na cotidianidade. É assim que se forma a consciência do “nós”. Mas cabe lembrar que todas as necessidades que surgem são, em primeiro lugar, para a satisfação do **eu**. O “eu” sente dores, tem afetos, tem fome etc.

Ninguém está privado da relação com outros homens, assim como ninguém está privado da vida cotidiana. É na cotidianidade que os homens apresentam seus juízos, que funcionam, na verdade, como uma parte da história vivenciada, uma concepção do mundo, de uma imagem do mundo.

*A condição ontológica-social desse resultado [pode ser] um relaxamento da relação entre a comunidade portadora do*

*humano-genérico e o próprio indivíduo, o qual – já enquanto indivíduo – dispõe de um certo âmbito de movimento no qual pode escolher sua própria comunidade e seu próprio modo de vida no interior das possibilidades dadas. A consequência disso é uma certa distância, graças a qual o homem pode construir uma relação com sua própria comunidade, bem como uma relação com sua própria particularidade vivida enquanto “dado” relativo. (Heller; 1985:22).*

Heller enfatiza o sentido da moral na comunidade. A moral pode ter duas funções: uma que é a inibição, o veto; outra que é a transformação.

Assim, através da moral, os homens norteiam suas escolhas, levando em consideração o que seria bom não apenas para o indivíduo, mas para toda a comunidade.

Podemos imaginar que diante de um fato, através da moral, o indivíduo escolha realizar determinada ação ou privar-se dela baseado em normas de conduta que remetem essa ação a questionamentos que considerem a comunidade e não apenas benefícios ao *eu*.

Abandonar a comunidade natal e abrir-se a uma nova situação de vida, novos papéis, adotando outra comunidade: eis uma prova cujos efeitos destinam-se a transformar toda a vida do indivíduo.

Seguindo essas considerações, Heller destaca outro aspecto da vida cotidiana: o preconceito. De modo muito simples poderíamos dizer que o preconceito é um tipo particular de juízo provisório.

Como eu sou visto e considerado pelo grupo do qual faço parte? Quais os valores do grupo que tenho como referência e me dedico a reproduzir? Essas questões, de maneira direta ou mesmo indireta, foram colocadas à Olga quando ela relata que sentiu muita raiva de seu irmão quando foi discriminada por causa dos trajes que estava usando.

Evento que conta com muita ênfase foi a vez em que precisou ir para o Chile. Ela programou levar a filha e deixar os filhos com o marido aqui no Brasil. Relata que as pessoas foram duras com ela, dizendo que não estava certo o que ela fazia. Olga diz que na época foi muito difícil e que esses

“julgamentos” sobre seus hábitos começaram a mudar somente na década de oitenta.

Mesmo com duras críticas recebidas, Olga sempre se mostrou uma pessoa com forte identidade ao entender que as críticas tratavam de atos preconceituosos e que não poderiam ser mais importantes que as causas que a levavam a decidir por determinada tarefa.

### ***Participação na Comunidade***

Dona Olga relata de outros lugares que chegou a morar com sua família, mas destaca uma pensão perto da rua Brigadeiro Luiz Antonio onde ocupava o sexto andar.

*“Eu precisava colocar meus filhos na creche, então fui até a igreja Nossa Senhora do Carmo e falei com o padre – acho que isso em setenta e seis, ano que minha filha nasceu”.*

Preocupada em voltar a trabalhar, conseguiu com algumas pessoas que freqüentavam a comunidade, levantar a idéia de construir uma creche. A região já contava com uma escola e uma UBS (Unidade Básica de Saúde). Olga foi a grande motivadora para a construção de uma creche em mutirão. Realizavam eventos e festas para arrecadar dinheiro e a creche, segundo relata, terminou sendo inaugurada em mil novecentos e setenta e oito.

Foi assídua participante das CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases), engajando-se nos trabalhos sociais da igreja – caminho que sempre procurava em seu anseio de participação.

Destaca que suas participações sempre contaram com a certeza de que o que fazia era para trazer benefícios.

Frente a acontecimentos como esse – a construção da creche – a figura de dona Olga começou a ganhar o aspecto de grande liderança. Cabe destacar, como vimos no capítulo anterior, o conceito de uma nova cidadania; cidadania que passa a ser construída com a participação de indivíduos na vida pública deles, em sua cotidianidade.

Mas, segundo Olga, a participação tem seu preço:

*“Era difícil nossa condição, era terrível. Eu quando falo isso para alguns jovens eles acham que estou falando de outro planeta. A gente ajudava tanto, trabalhava tanto para conseguir as coisas e tudo o que a gente conseguia o imposto ‘mordia’ “*

Comentando um pouco sobre seus atos, conta que quando precisava de algo, quando se interessava ou se via movida por algo, sempre procurava saber os caminhos legais sobre o que procurava. Assim, cita o exemplo de quando começou a trabalhar, ressaltando que procurou informações se ela poderia trabalhar com registro em CTPS mesmo sendo estrangeira. Atribui a esse comportamento a característica de sempre estar informada sobre o que faz.

Esse pensamento nos remete à reflexão de Bruno:

*Como cidadania é exercício, é movimento, educar para a cidadania é estabelecer o desenvolvimento de um processo de aprendizagem social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos. (2003:75)*

Esse caminho nos parece ser o percorrido por Olga, quando se refere à participação na comunidade.

*“Eu participava, me engajava, procurava movimento social. Se falavam, ali vai ter uma passeata, qualquer coisa que era de interesse do povo eu me engajava e ia. Convidava mais pessoas...”*

Olga conseguiu arrumar sua documentação junto à polícia federal. Com isso, conseguiu um emprego formal no Brás. Contudo, afirma que apesar de ganhar muito dinheiro, estava registrado na carteira apenas um salário mínimo, o que veio a refletir no momento da aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Explica que por mais que trabalhasse, cuidasse dos quatro filhos e ter uma situação financeira estável com o marido, não abandonava a idéia de voltar para o Chile.

### ***A filha de Olga: uma história à parte***

Certa vez a família de Olga viajou para o Chile e na volta ficaram hospedados na Argentina. Nossa entrevistada lembra-se que durante a noite choveu muito forte e sua filha foi mordida por um mosquito; desde então ela adoeceu gravemente.

Chegando ao Brasil, logo foi internada, contudo, apesar de seu estado grave os médicos não falavam sobre o diagnóstico com a mãe.

*“Minha filha foi levada para casa e a febre dela chegava nos quarenta graus. Ninguém sabia por que. Eu via isso e pensava que tinha que tirá-la de lá porque senão ela ia morrer”*

Nessa época relata que a filha foi internada no Hospital São Paulo e o fato de passar dias no hospital e dias em casa foi se tornando rotineiro.

Dona Olga também tinha queixas em relação à sua própria saúde, conta que passava por consultas no hospital das Clínicas e sempre era lhe recomendado muitos remédios sem um diagnóstico preciso de seu problema.

Gostaríamos de fazer uma breve consideração sobre o relato acima. Já é consenso entre vários autores e campo de pesquisa para tantos outros interessados na questão, que dentre as políticas voltadas ao atendimento à população, sem dúvidas, a área da saúde trata-se do campo que maior impacto sofrerá com o “envelhecimento do mundo”.

O envelhecimento biológico e físico do corpo traz consigo seu desgaste e o aparecimento de doenças consideradas típicas ou ocasionais, por isso pressupõe-se que toda pessoa em seu processo de envelhecimento poderá contar com os avanços que a medicina tem alcançado a cada dia. Contudo, para a população de alguns países essa realidade ainda trata-se de um “sonho de consumo”.

Com um olhar mais atento para a realidade brasileira, podemos notar que são corriqueiras nos meios de comunicação, notícias que tratam da falta de atendimento, omissão e negligência no que diz respeito aos serviços públicos de saúde buscado por idosos, apesar da garantia legal prever o contrário.

Berzins lembra que:

*A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o envelhecimento populacional como uma história de sucesso das políticas de saúde públicas e sociais e portanto a maior conquista, e triunfo da humanidade no último século. O envelhecimento não é problema, e sim, vitória. Problema será se as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento não elaborarem e executarem políticas e programas para promoverem o envelhecimento digno e sustentável e que contemple as necessidades do grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. (2003: 20)*

A entrevistada relata que em uma das internações da filha, houve a possibilidade de conversar com uma médica.

*“Eu perguntei: o que é que minha filha tem? Então fomos vê-la, mas tinha que ser rápido, pois ela estava na UTI. A doutora me explicou que o que minha filha tinha era lupos e que eu também tinha lupos. Imagina o choque que eu levei!”*

E foi com essa médica que dona Olga passou a conhecer melhor o problema da filha e seu próprio problema de saúde.

Em uma das ocasiões que a filha de dona Olga foi para casa ela acabou ficando grávida de um namoradinho que tinha. O parecer dos médicos em relação ao fato era conclusivo: ela teria que fazer um aborto.

*“Imagine eu... eu jamais faria isso!”*

Dona Olga explica que por ela ser católica, via nesse desafio um pretexto para lutar pela vida.

Enfim, a neta nasceu dia seis de abril de mil novecentos e oitenta e seis. A criança não pôde ser amamentada por isso dona Olga procurou postos de auxílio que distribuíssem gratuitamente o leite.

Foi na fila para pegar leite que dona Olga conheceu uma senhora que fazia o cadastro de alguns “casos especiais”. Tendo a oportunidade, dona Olga explicou que na verdade ela até trabalhava, mas tinha uma neta de meses que só podia tomar mamadeira. Então ela foi cadastrada e passou a pegar o benefício na igreja.

*“Eu saía de casa as cinco e meia da manhã, pegava a criança e levava no Hospital São Paulo*

*para ela ver a mãe e não perder o vínculo; depois ia trabalhar e levava a criança comigo. Botava minha neném numa caixa de papelão e na hora do almoço e de saída eu a levava novamente para ver a mãe. Foi minha 'via crúsis'”*

*“Durante uma das internações, uma funcionária do hospital conversou com minha filha sobre um concurso público para o Tribunal de Justiça e prometeu arrumar material para ela estudar”*

Dona Olga conta com um claro orgulho que a filha fez a prova e passou entre as dez primeiras colocadas. Ela chegou a assumir o cargo, mas continuava necessitando de internações hospitalares de tempos em tempos.

*“Ela faleceu no ano de dois mil e dois”.*

Muito emocionada, dona Olga afirma que essa foi a maior lição que poderia ter tido, afirmando que só podia com isso ver como Deus é maravilhoso em sua vida.

### ***A militância social***

Dona Olga explica que chegou até o Movimento de Moradia através do ticket do leite. Lá encontrava pessoas sem educação formal, mulheres que não tinham maridos, pessoas sem empregos, sem casas.

Olga destaca que existiam, no Movimento, mulheres que moravam na Rua Tereza Cristina, perto da Avenida do Estado; quando chovia, elas perdiam tudo o que tinham. Viviam no meio de lixo e ratos; em sua avaliação, eram estas pessoas que tinham problemas, não ela que havia perdido a filha.



Conta que em mil novecentos e noventa e sete houve uma grande ocupação na cidade de São Paulo em prédios desocupados, pois as pessoas engajadas no movimento pró-moradia não viam a política pública acontecendo no município. Dona Olga diz que nessa época ela já estava aposentada, pois parou de trabalhar por problema de saúde.

Relata que em casa não contou inicialmente com o apoio do marido frente à decisão de se engajar no Movimento por moradia.

Assim, chegou a hora de decidir quem ficaria para coordenar o grupo. Como não apareceu nenhum voluntário, ela assumiu uma das coordenações na ocupação que ficava na Rua Nove de Julho, onde ficou por sete anos. Dona Olga conta que passava a semana na ocupação e, nos fins de semana ia para a casa, para ver o marido e os filhos.

Houve inscrição das famílias da Nove de Julho para ganhar casa, um cadastramento realizado pela prefeitura. Dona Olga explica que mesmo com ela e o marido trabalhando, a família não conseguia adquirir um imóvel próprio por falta de condições financeiras.

*“Eu falo para mim mesma que minha escola foi a Nove de Julho. Eu via de perto as famílias, o que se sofre, as necessidades. Eu pude perceber a dimensão da vida”*

Dentre outras dificuldades, ela nos relatou o problema de escola para as crianças da ocupação – as mães levavam os filhos para as escolas nos bairros e tinham que passar o dia todo esperando a aula terminar para regressarem. Para conseguir escola perto da ocupação não foi possível, pois as escolas não queriam aceitar “marginais” ou “bandidos” e não havia argumento contrário que convencesse.

Com paciência, Olga relata as diversas situações em que ela assumiu o papel não só de coordenadora ou representante do grupo, como também

de conselheira, de responsável por crianças e de conciliadora entre casais, entre outros.

Explica que seu envolvimento com crianças e adolescentes foi inevitável, chegando a assumir o papel de conselheira da Criança e do Adolescente por quatro anos; destaca como marco dessa fase a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente.

Relembra com muito entusiasmo dessa passagem:

*“Em dois mil e um a gente fez uma Conferência que foi aqui no centro e a maioria era criança que veio dos cortiços, da ocupação e o governo nunca podia colaborar com nada. A gente fez uma coisa que é inesquecível, a gente fez macarrão com salsicha. Veio muita gente ajudar, gente que a gente conhecia, que não conhecia, que sabia do nosso trabalho, até gente do governo. São coisas que ficam na cabeça da gente”*

Como Conselheira da Criança e do Adolescente, dona Olga teve a chance de participar do Orçamento Participativo. Depois, saiu do Conselho pois não podia mais se eleger. Na ocasião sua atenção voltou-se para o Conselho Municipal do Idoso. Explica que está no terceiro mandato e agora irá sair.

*“Tem gente que acha que o Movimento de Idosos não faz nada. A gente tomava café, almoçava, tomava café da tarde e jantava “moradia”. Mas a gente percebeu que o idoso também precisa de saúde e que se tem moradia e saúde não se faz nada... isso tem que estar na cultura. Percebemos como nosso movimento era imenso e fomos ocupando todos os espaços, principalmente nos conselhos”*

Olga que chama a atenção para a questão da participação:

*“Você pode perceber que se o conselheiro está no movimento dá certo, mas se o conselheiro não tem participação, não dá certo, porque ele não vê a realidade”*

Tudo que Olga conta resulta de sua vivência e experiência, não de “*ouvir falar*”; fato raro em uma sociedade na qual a experiência cedeu lugar, progressivamente, à informação. Sobre a participação em conselhos municipais, Bredemmeier escreve:

*Em se tratando de conceber e atuar junto a conselhos regidos pela Política Nacional do Idoso, é importante resgatar que, na conjuntura atual, está prevista a participação dos conselhos nos diferentes níveis, como o federal, estadual e municipal – através de suas representações da sociedade cível e do poder público – na coordenação geral da política do idoso, como também na formulação, coordenação, supervisão e avaliação da mesma política. (2003:85)*

Com a abertura para a participação popular (prevista na Constituição Federal de 1988) na construção da democracia nacional, foi delegado aos cidadãos o que chamamos de controle social<sup>37</sup> e sem dúvidas, os conselhos são espaços privilegiados para esse exercício. Isso também nos chama a atenção para um fato particular deste trabalho que não é apenas o protagonismo social na construção da cidadania, mas também um protagonismo que remete a um segmento específico: o dos idosos.

No final de mil novecentos e noventa e sete, dona Olga conheceu um senhor de nome Expedito Andreino de Souza; era idoso e tinha setenta e três anos. Ele fazia parte das Ligas Camponesas e, segundo Olga, era “uma pessoa muito fina... muito culta”. Ele fez um convite à dona Olga para conhecer a Casa Lar onde morava, até então desconhecida por ela. Depois

---

<sup>37</sup> Segundo Bredemmeier, controle social trata-se de evidências quanto à preocupação com a questão da aplicação das verbas, ações do poder público e também da iniciativa privada, quanto aos serviços prestados.

ela veio saber que lá havia sido o berço dos movimentos pró-moradias da cidade de São Paulo especificamente de idosos.

Segundo o que nossa colaboradora relata, lá foi a casa onde ocorreu a primeira ocupação da cidade de São Paulo por idosos, isso no ano de mil novecentos e noventa e dois, durante a gestão do Prefeito Pitta, que pagava o aluguel. Dezesete idosos ocupavam o lugar.

Lá eram realizadas diversas oficinas; uma delas era a oficina de cidadania. O Sr. Expedito convidou dona Olga para participar desta oficina e discutir um pouco sobre o assunto de moradia. Conta que mesmo estando nessa residência, gostaria de adquirir uma casa própria, uma vez que lá dependia de vontade política para continuar existindo.

*“Uma pessoa com mais de setenta anos não consegue imóvel nenhum”*

*“Começamos uma discussão sobre política de habitação e o próprio governo dizia que aquilo não era eterno. Nas discussões colocávamos como era muito mais amplo o universo de dezesete pessoas. Era muito mais idosos que precisavam de moradia”*

Ao falar sobre política de habitação, dona Olga relembra que a primeira gestão da prefeitura a começar a pensar na questão de moradia para idosos foi a gestão do prefeito Pitta, com a obra *Vila da Dignidade*, na região da Água Branca. Foram construídas seis casinhas que, na época, foram inauguradas com grande comemoração. Atualmente, esse espaço tem funcionado como se fosse um albergue. O idoso procura os serviços que lá são oferecidos e podem contar com alimentação, higiene pessoal e corte de cabelo entre outros serviços.

Dona Olga assim justifica o porquê de trabalhar com idosos, frente às suas várias frentes de militância:

*“Quando a família está constituída é mais fácil sobreviver. Para o idoso chega uma hora em que o peso da idade dificulta tudo. Há idosos que não tem nada. (...) Idoso também sofre preconceito. (...) Eu estava com sessenta anos e precisava fazer alguma coisa, então tomei a decisão de trabalhar com idosos junto com o Sr. Expedito e outras pessoas”*

Segundo Olga, quando começou a gestão da Marta tiveram que brigar na prefeitura, pois o ex-prefeito Pitta havia deixado três terrenos para a construção de moradia para idosos, para a construção de Vilas, como as que foram inauguradas. Pelo que relata, era um em Santo Amaro, um em Porto Seguro e um na Zona Leste. Ressalta que tiveram que brigar porque o Secretário de Moradia da prefeitura informou que os três locais haviam sido terceirizados, não estando mais à disposição do Movimento. Nessa discussão surgiu a oferta de outro local; no entanto, o terreno estava emprestado para uma escola de samba. A entrevistada conta que quando falaram do terreno, sentiu que o Secretário não acreditava que o Movimento iria realmente brigar com uma escola de samba por causa de um terreno.

Conseguido o terreno, o novo passo do Movimento era conseguir um projeto. Surgiu a idéia de procurarem uma assessoria para a idealização do projeto, o que foi feito e o material ficou pronto em quatro meses. Material de *“primeiro mundo”*, adjetiva na fala.

Explicou que o projeto, depois de encaminhado à Prefeitura, enfrentou uma grande tramitação burocrática.

No final de mil novecentos e noventa e nove houve eleições para o Conselho do Idoso. Contudo, nossa entrevistada relata que por causa da filha que estava muito doente não quis assumir nenhuma responsabilidade. Montaram então uma chapa com duas pessoas da *Vila da Dignidade* e os votos de Olga foram para essas pessoas que conseguiram se eleger, mas

com a garantia de que dona Olga continuaria os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos.

No final de dois mil e dois, Olga resolveu candidatar-se para o Conselho do Idoso, pois o projeto estava parado na Prefeitura.

O **GARMIC – Grupo de Articulação para Moradia do Idoso da Capital** – tem sido um sério Movimento de representação e reivindicação. Estiveram no Encontro Nacional de Gerontologia em Brasília, nos encontros do Orçamento Participativo promovidos pela Prefeitura, em semanas voltadas para atenção à Terceira Idade, em fóruns de discussão sobre política habitacional, entre outros, além de manterem o Conselho do Idoso sempre atuante.

Contam com a participação de vários segmentos da sociedade (aposentados, professores, cidadãos entre outros). Olga faz questão de destacar que ela não é fundadora do Movimento e sim o Sr. Expedito; explica que exerce, atualmente, o cargo de Coordenadora. O GRARMIC tem sua sede em uma sala próxima a Praça da Sé, centro de São Paulo, onde voluntários se revezam para manter o serviço em atendimento constante durante o horário comercial. Entre outros, os serviços que prestam são: informação sobre o movimento, cadastro para quem procura adesão ao grupo e outros atendimentos que dona Olga diz não poder enumerar – “*faz-se um pouco de tudo*”.

Através da militância, eles têm conseguido levar a representatividade do Movimento e questões relacionadas ao idoso para vários encontros oficiais, o que dona Olga julga importante frente o trabalho que desenvolvem.

A Sra. Olga analisa que a única política pública que existe em São Paulo na área específica de moradia para idosos, é a **locação**. A Prefeitura aluga temporariamente locais que destina para a moradia de idosos que estão em situação de rua.

*“A locação funciona assim: o Fundo Nacional de Habitação que visa atender pessoas de baixa renda (para participar tem que ter baixa renda ou ser deficiente ou idoso) são alojados em moradias que o poder público aluga. O Governo não faz nada com o dinheiro fora do orçamento (...). O Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal entra em contato com a COHAB e conforme vai sendo construída a obra o recurso vai sendo repassado para a Prefeitura (...). O dinheiro não vem nem do Estado, nem do Município, mas do Governo Federal. Isso a gente sabe porque viveu, não foi contado pra gente; a gente viveu e acompanhou tudo...”*

Dona Olga se exalta ao contar sobre a transição de governo na prefeitura de São Paulo. O projeto estava com um processo de licitação em dois mil e quatro; entrou o Serra e embargou o projeto sob as alegações de que tinha dinheiro perdido e que não constava da prestação de contas do Município. Até o processo de diálogo com o secretário foi difícil, pois ele não atendia o grupo; segundo relata, a situação ficou tão delicada a ponto de o secretário dizer que idoso era *“vagabundo porque não trabalhava”*.

Explica que o que garantiu de fato a presença dos idosos no processo de discussão acerca da política pública de habitação foi a eleição de quatro membros do GARMIC no Conselho Municipal do Idoso.

*“A Vila foi entregue, mas não como a gente queria. Falta acabar os quantos, só pintaram as paredes, o teto não foi pintado. No chão não colocaram piso, o corredor também não tem piso. Quiseram montar uma associação de moradores, mas a prefeitura não deixou”*

Pelo seu relato, a construção não atendeu, de forma alguma, às necessidades da pessoa idosa. Os prédios têm cinco andares com acesso somente através de escadas; os apartamentos não possuem interfonos e há quem demore cinco minutos para descer um único andar, explica.

Conta que levou a coordenadora do idoso na prefeitura e a Comissão Permanente de Direitos Humanos até a Vila. Ninguém se posicionou.

Olga destacou ainda o fato de que as vagas seriam distribuídas para pessoas cadastradas no Movimento; pessoas que realmente precisam. Mas disse que muitas vezes teve que se calar diante da prefeitura.

Lamenta a falta de parceria com a prefeitura e conta a história de uma senhora chamada Jacira. Certa vez que foi até a Vila, os moradores lhe informaram que Jacira tinha sido levada para o hospital. Dona Olga tentou localizá-la e telefonou para várias pessoas que conhecia; encontraram Jacira hospitalizada com pneumonia dupla por estar dormindo direto no chão úmido.

Relatou que teria histórias para contar para muitas outras entrevistas, mas encerrou com a colocação abaixo:

*“Eu tenho uma grande preocupação, não gosto que se fale velho porque fica parecendo uma coisa que se pode jogar no lixo; eu sou idosa e não quero ser jogada no lixo! Acho que isso é falta de respeito por que o que está velho vai para aonde? Vai pro lixo. O que estão fazendo com a população de São Paulo? Não estão tendo cuidado nenhum com a população de idosos, nós temos a Lei, temos o Estatuto, mas nada disso acontece”*

Por ocasião de uma das entrevistas realizadas, soubemos que dona Olga havia sido indicada para receber o reconhecimento de sua luta através do Prêmio de Direitos Humanos (13ª edição) na categoria “Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa”, em outubro de 2007. Para tanto, consta um texto que sintetiza algumas de suas ações na militância social que desenvolve; esse texto pode ser encontrado disponível em alguns endereços eletrônicos na Internet como os da Assembléia Legislativa de São Paulo<sup>38</sup> e do Senado Federal<sup>39</sup>, entre outros. Apresentamos parte dele:

<sup>38</sup> [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)

<sup>39</sup> [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



*No ano de 1986 entrou para o movimento de moradia da UMM de São Paulo (União de Movimento de Moradia) conseguindo sua moradia no mutirão da região sudeste Ipiranga, do qual ainda faz parte. A militância no movimento de mutirões mudou sua vida e fez com que conhecesse o avesso da maior cidade do país, com pessoas de todas as idades morando em cortiços ou em outras situações piores. Em sete anos se tornou uma das mais destacadas líderes do movimento de moradia do Estado; é a mais lembrada quando se fala em moradia social dos idosos. No ano 1998/99 foi eleita para o Conselho Municipal do Idoso e juntamente com outros conselheiros, fundou em 2000, o GARMIC (Grupo de articulação para moradia do idoso da capital). Esse importante movimento social tem hoje 1289 idosos sem moradia cadastrados, e realiza significativo trabalho de organização e formação desses idosos. Conseguiu até o momento moradia para mais de 100 idosos, os últimos sessenta, na Vila dos Idosos do Pari, projeto idealizado pelo Garmic e aprovado no Orçamento Participativo do Município, em 2003, no qual os idosos eram o maior segmento representado.*

*É Conselheira Municipal do Idoso da cidade de São Paulo, membro do Conselho de Saúde da Coordenadoria Sé/ Centro Oeste, membro da Pastoral da Moradia da região Ipiranga; membro da ANG/SP, indicada como delegada para a Conferência Nacional de Saúde e para a Conferência Nacional das Cidades de 2007, representando o segmento idoso, membro do Fórum do Cidadão Idoso da Região Centro e Ipiranga e participa ainda de seminários, encontros, simpósios, proferindo palestras sobre o movimento de moradia dos idosos. Destaca-se ainda a participação no II Seminário Regional Sudeste de Elaboração do Plano Nacional de Habitação realizado pela CDHU em São Paulo, 2007 e a participação na entrega das moradias da Vila do Pari para os idosos do Garmic e organização da festa de inauguração da Vila no dia 19 de agosto de 2007.*



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] Grimm mostra como a velhice era decifrada numa sociedade que não era descartável: “era tradição entre os nossos antepassados calcular a idade do ser humano de modo afirmativo e progressivo. Um pai de família, por exemplo, era capaz de inferir sua idade dos objetos que o rodeavam diretamente: uma cerca durava três anos, um cão chegava à idade de três cercas, um cavalo à idade de três cães, um homem à idade de três cavalos; e aqui atingimos de novo a meta dos 81 anos.” (Schirmmacher, 2005: 168)*

Entender o processo da vida é entender o homem – homem que, conforme afirmado no primeiro capítulo deste trabalho é, em essência, relação com outros homens.

Quando adentramos no âmbito da questão política na vida do homem, podemos perceber que, em sua busca para se organizar em sociedade, ele escreve - através de suas relações com os outros - suas necessidades, seus anseios, seus sonhos, suas buscas; buscas que vão desde aspirações por necessidades imediatas de manutenção da vida, até questões relacionadas à justiça, à identidade genérico-humana e à vida.

Tudo isso está na sociedade, nas comunidades, nas relações entre famílias, amigos, vizinhos... Está no processo histórico cotidianamente construído. Os atores não são abstratos; são concretos, têm “carne e osso”. Constatamos isso com a história de Olga, uma vida particular que expressa trajetórias que extrapolam o âmbito individual, as idiosincrasias de Olga, remetendo a outros tantos em seus processos de vida.

A partir de referenciais teórico-analíticos que, pelo que acreditamos, contribuíram para a inteligibilidade do problema de investigação, procuramos desvendar uma trajetória de vida. Ao mesmo tempo, outra descoberta foi importante: a de que caminhamos para a construção de uma nação que,

apesar de “tropeços” (e eles são muitos) busca se afirmar como justa para todos os que a formam enquanto nação.

Nossas atenções centraram-se em uma personagem e em um segmento próprio e especial no processo que chamamos de vida: o velho, idoso ou os que já possuem 60, 65 anos ou mais.

As sociedades de todo o mundo já perceberam que o envelhecimento é um fato concreto; frente a isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, segundo Berzins:

*Quatro considerações básicas sobre a transição demográfica mundial, com o objetivo de subsidiar os países para debates e promoção de ações contemplativas às necessidades dos idosos. São elas:*

- *o envelhecimento da população mundial ocorre sem precedentes na história;*
- *o envelhecimento populacional é um fenômeno geral e afeta a todos – homens, mulheres e crianças. A solidariedade e a intergeracionalidade devem ser as bases das ações da sociedade civil e dos Estados;*
- *o envelhecimento é importante e tem consequências em todos os setores da vida humana, tais como econômico, saúde, previdência, lazer, cultura;*
- *O envelhecimento populacional está se processando de forma gradual, contínua e irreversível e transcorrerá acentuadamente no século XXI.*  
(2003:21)

Quando se refere à revolução que o mundo vem sofrendo no campo do envelhecimento, Schirmacher (2005) afirma que será a primeira vez que o planeta viverá a experiência do envelhecimento e que, pela primeira vez na história da humanidade, o número de idosos será maior que o de crianças e jovens. Afirma, por outro lado, que pela primeira vez o processo de envelhecimento será um **processo coletivo**. O mundo todo está envelhecendo no mesmo tempo cronológico.

Mesmo com os muitos estudos apontando para a necessidade de as sociedades considerarem o envelhecimento como um fato que exige atenção e novas posturas, o mercado, principalmente dos países em desenvolvimento, insiste em um verdadeiro culto à juventude (Debert, 2004). Os países da Europa, ao contrário, já usam o termo “*revolução*” para essa transição demográfica; atestam, com isto, que o grupo de velhos não é mais algo que pode ser colocado de lado ou “debaixo do tapete”.

Mais cedo ou mais tarde, os impactos econômicos se fazem e/ou se farão presentes. Frente ao desemprego, os idosos têm assumido suas famílias; constituem parcela significativa dos consumidores de bens e serviços de que o mercado tanto depende.

Reconhecer a força dos idosos – de pessoas que contam com muita experiência para enfrentar dificuldades e lutar, se for necessário - não será mais facultativo. Mas há os que insistem em trafegar na contramão do processo de vida; afinal, ainda vemos o quanto é comum negar o envelhecimento e desejar a “eterna juventude”. Basta atentar para o quanto nossa educação contribui para isso.

Podemos nos questionar de onde vem tanta ojeriza contra os velhos? Por que achamos que eles são improdutivos, chatos, lentos?

Vemos crianças repetindo alguns jargões parecidos e julgando negativo o envelhecimento e o velho.

Sobre isso, Debert nos auxilia com a seguinte afirmação:

*[...] a juventude perde conexão como um grupo etário específico, deixa de ser um estágio da vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. (2005: 21)*

As pessoas não querem envelhecer; buscam desenfreadamente “comprar” a juventude como um produto a ser adquirido a qualquer preço. Ficar velho é inadequado.

Segundo Schirmacher<sup>40</sup>:

---

<sup>40</sup> Publicação da *American Academy of Anti-Aging Medicine* (EUA).

*Colocando de modo simples e conciso, cremos que o culto da morte dos gerontologistas ainda está tentando ensinar desesperadamente a santa crença de que o envelhecimento é natural e inevitável. A verdade sobre a possibilidade de interromper vai se impor um dia... contra uma elite do poder que se agarra ao **status quo** para não perder seu apoio financeiro na investigação atual do envelhecimento. (2005: 117)*

É impressionante como podemos notar a inversão do discurso a favor de um mercado de consumo que vende a promessa do “não envelhecimento”. Quando o texto menciona o “culto da morte dos gerontologistas”, propõe reforçar que o envelhecimento pode deixar de ser natural através da ciência. Mas quanto à morte? Pode ela deixar de ser natural?

Mesmo gastando muito dinheiro com cirurgias, cosméticos, aparelhos e medicamentos que prometem retardar o envelhecimento, a pessoa continuará com seus 60, 70, 80 anos ou mais, e isso não significará um estágio inicial da vida. A ciência afirma que mais cedo ou mais tarde o homem cumprirá seu processo de vida com a morte; o que é observável em todas as espécies animais e vegetais.

Resta pensar no tipo de vida que teremos ou queremos antes disso acontecer.

Sabemos que as pessoas com melhor poder aquisitivo conseguem garantir muito mais que as necessidades básicas para a vida; que têm condições que proporcionam acesso a lazer, cultura, educação e esportes. Todavia, a realidade revela a existência de milhões de idosos privados dos mínimos para viver, a exemplo de alimentação, saúde e moradia. Mas os idosos dos dois extremos enfrentam, de maneira mais ou menos direta, o preconceito por serem idosos em uma sociedade que ainda não aprendeu a cuidar de seus velhos.

Ouvir dona Olga foi determinante para percebermos que o avanço da idade está muito longe de significar tão somente perdas e limites no

transcorrer da vida. A frase antes citada, da professora Suzana Medeiros<sup>41</sup>, mostra-se cada vez mais certa: ao tomarmos a consciência que não estamos aqui para sempre, nos movemos quase que em um processo natural, inconsciente, para atribuirmos sentido em nossa existência.

Desde sua juventude, dona Olga buscou viver o “eu coletivo”, ou seja, suas ações visavam mais que sua própria vida; se preocupava com a vida de pessoas que não tinham as mesmas chances que ela. Ao tomar contato com o segmento idoso, também ela uma pessoa idosa, vivenciou de maneira concreta o preconceito, a discriminação, a privação, o descaso político; porém, também vivenciou a luta, a organização social, a consciência de direitos e deveres e algumas conquistas.

Trata-se de um dito popular dizer que a melhor arma contra o preconceito é o conhecimento. Acreditamos tratar-se de um dito muito sábio; ele nos aponta para um caminho que pode nos levar a alternativas mais justas e eficazes para nossas sociedades, principalmente no que diz respeito à forma como olharmos para nossa velhice, para os que já estão velhos e para gerações que irão envelhecer.

Cumprir, finalmente, o importante papel da educação na formação de pessoas que possam lidar melhor com nossos velhos. Entender o envelhecimento como um processo que se inicia muito antes dos 60, 65 anos de idade e que tende a se estender por mais 20, 30, 40 anos como já é possível constatar. Cumprir, portanto, olhar para o fato de forma consciente.

Países do mundo todo estão estudando o envelhecimento populacional; órgãos internacionais já se pronunciam sobre ele. Com a formulação de legislação específica, o Brasil tem dado alguns tímidos passos nessa direção; existem grupos se organizando para exigirem respeito e o cumprimento do que é previsto em lei. Essas são algumas das ações que podemos observar. Contudo, será que elas acontecem na velocidade em que se processam o envelhecimento e os anos vividos na condição de “idoso” (longevidade) no mundo?

---

<sup>41</sup> Ver página 47, desta dissertação.

Ainda que de forma discreta, acreditamos que esta dissertação contribui para o entendimento do fenômeno que tratamos. Mas sabemos que estamos muito longe de esgotarmos o esse assunto. Procuramos destacar, igualmente, a necessidade de avançarmos cada vez mais no conhecimento dessa fase da vida.

No Brasil, mesmo com a formulação e aprovação de legislação específica para o segmento idoso e com as Políticas Nacional de Saúde, de Habitação, de Promoção Social e de Previdência, não é possível afirmar que seu cumprimento tem conferido melhoria na qualidade de vida dos envelhescentes e idosos. Como foi possível verificar nas falas de dona Olga, tais garantias não se efetivam sem a luta popular.

Isso nos chama atenção para o que discutimos quando trouxemos o conceito de cidadania atrelado à participação social. Nem sempre a existência de uma lei significa sua efetivação. Essa afirmação mostra-se coerente frente à organização de movimentos sociais que brigam por atitudes concretas por parte do poder público.

Entendemos, portanto, que essa luta não deve ser somente dos idosos; muitos se encontram cansados, doentes, sozinhos... Trata-se de uma luta de toda a sociedade, de seus vários setores, de suas diversas *coortes* etários, de suas diferentes posições sociais.

A construção de novas relações entre os homens é tarefa de todos os homens!



## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, V.L.V. Modernidade e Velhice. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, nº 75, Editora Cortez: 2003
- BEAVOIR, S. A Velhice (Vol. I A Realidade Incômoda / Vol. II As Relações com o Mundo) Editora Difusão Européia do Livro, São Paulo: 1970
- BEHRING, E. e BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história, 2ª ed. Editora Cortez, São Paulo: 2007
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: trabalho de sociologia do conhecimento, Editora Vozes, Petrópolis / RJ: 1996
- BERZINS, M.A.V.S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, nº 75, Editora Cortez: 2003
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembrança de velhos, T.A. Queiroz Editor/Editora da USP, São Paulo: 1973
- BREDEMEIER, S.M.L. Conselho do Idoso como espaço público. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, nº 75, Editora Cortez: 2003
- BRUNO, M.R.P. Cidadania não tem idade. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, nº 75, Editora Cortez: 2003
- CAMARANO, A. A. Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição demográfica, IPEA, Rio de Janeiro: 2002
- CHANGEUX, J-P. Uma Mesma Ética Para Todos. Editado por Instituto Piaget, Portugal, Lisboa: 1997 – Col. Epistemologia e Sociedade
- CHAUÍ, M. Convite à Filosofia, 13ª ed. Editora Ática, São Paulo: 2005
- CHOPRA, D. Corpo sem Idade, Mente sem Fronteiras: alternativa quântica para o envelhecimento, 10ª ed. Rocco, Rio de Janeiro: 1999
- CIAMPA, A. C. A Estória de Severino e a História e Severina: um ensaio de psicologia social, Editora Brasiliense, São Paulo:2005
- CÍCERO, M. T. Saber Envelhecer, Editora L&PM, Porto Alegre: 1997

- COSTA, L.C. Os Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil, Editora Cortez / EdEU Ponta Grossa: 2006
- DAGNINO, E. (org) Anos 90: Política e Sociedade no Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo: 1994
- DEBERT, G. G. A Reinvenção da Velhice. Edusp, São Paulo: 2004
- DEMO, P. Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira, Editora Armazém do Ipê / Autores Associados, Campinas, São Paulo: 2006
- GIORGETTI, C. Moradores de Rua: uma questão social, Editora Educ, São Paulo: 2006
- GOUVEIA, R. Saúde Pública, Suprema Lei: a nova legislação para a conquista da saúde, Editora Mandacará, São Paulo: 2000
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva, Editora Vértice, São Paulo: 1990
- HELLER, A. O Cotidiano e a História, 2ª ed. Editora Paz e Terra, São Paulo: 1985
- LÖWY, M. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista, 12ª ed. Editora Cortez, São Paulo: 1998
- LUCKAKS, G. Existencialismo ou Marxismo, Editora Senzala Ltda, São Paulo: 1967
- LUNA, S. V. Planejamento de Pesquisa: uma introdução, Editora Educ / PUCSP, São Paulo: 1996 – Série Trilhas
- MADEC, A. e MURARD, N. Cidadania e Políticas Sociais, Editado por Instituto Piaget, Portugal / Lisboa: 1998 – Col. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura
- MARTINS, J. S. Exclusão Social e a Nova Desigualdade, Editora Paulus, São Paulo: 1997 – Col. Temas da Atualidade
- MARX, K. Miséria da Filosofia: texto integral, Editora Martin Claret, São Paulo: 2007 – Col. Obra Prima de cada Autor
- \_\_\_\_\_ Manuscritos Econômicos-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos 2ª ed. Editora Abril Cultural, São Paulo: 1978 – Col. Os Pensadores
- \_\_\_\_\_ Manifesto Comunista, Ed. Comemorativa, Edição Luiz P. Gnecco e Cláudio Soares, São Paulo: maio de 1998

- MEDEIROS, S. A. R. A velhice no Brasil. Memória e história, lutas e conquistas. In Revista Kairós Gerontologia vol.4, nº 1, EDUC, São Paulo: 1998
- MERCADANTE, E.F. Velhice: a identidade estigmatizada. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, nº 75, Editora Cortez: 2003
- MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde, Ed. HUCITEC / ABRASCO, São Paulo / Rio de Janeiro: 2000
- \_\_\_\_\_ (org) Pesquisa Social: teoria, método e Criatividade, 9ª ed. Editora Vozes, Petrópolis / RJ: 1998
- MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro, 10ª ed. Editora Cortez, São Paulo: 2005
- \_\_\_\_\_ Os Sete Saberes e Outros Ensaio: educação e complexidade, 2ª ed. Editora Cortez, São Paulo: 2004
- \_\_\_\_\_ Epistemologia da Complexidade. In Novos Paradigmas: Cultura e Subjetividade. SCHNITMAN, F. (org) Editora Artes Médicas, Porto Alegre / RS: 1996
- QUEIROZ, M. I. P. Variação Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva, Editora T. A. Queiroz, São Paulo: 1991
- RAMOS, P. R. B. (org) Estatuto do Idoso Comentado pelos Promotores de Justiça, Editora Obras Jurídicas, Florianópolis / SC: 2005
- SACKS, O. Um Antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais, Editora Cia das Letras, São Paulo: 1995
- SALGADO, M. O segmento idoso e as políticas, o papel das instituições. In: Revista Kairós Gerontologia vol.4, nº 1, EDUC, São Paulo: 1998
- SANTOS, M. Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal, 13ª ed. Editora Record, São Paulo: 2003
- SCHIRRMACHER, F. A Revolução dos Idosos: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha. Editora Elsevier, Rio de Janeiro: 2005
- SENNETT, R. A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo, 10ª ed. Editora Record, São Paulo: 2005
- SILVA, L. A. S. Comentário Título VII – Disposições Transitórias. In: Estatuto do Idoso Comentado pelos Promotores de Justiça, Editora Obras Jurídicas, Florianópolis / SC: 2005

VIEIRA, E. Os Direitos e a Política Social, 2ª ed. Editora Cortez, São Paulo: 2007

### **OUTRAS FONTES**

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: Coletânea de Leis, Decretos e Regulamentos para Instrumentação do assistente social / organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social (9ª região) São Paulo: Gestão 2004

WEB - os sites consultados encontram-se em formato de Referência: Notas de Rodapé